



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

LUCAS OLLYVER GONÇALVES BARBOSA

**A INFLUÊNCIA DOS PROGRAMAS DE PESQUISA EM RACIONALIDADE NA
TEORIA DA AÇÃO DE DONALD DAVIDSON E MICHAEL BRATMAN**

RECIFE

2020

LUCAS OLLYVER GONÇALVES BARBOSA

**A INFLUÊNCIA DOS PROGRAMAS DE PESQUISA EM
RACIONALIDADE NA TEORIA DA AÇÃO DE DONALD DAVIDSON E
MICHAEL BRATMAN**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Fernando Raul de Assis Neto

RECIFE

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B238i Barbosa, Lucas Ollyver Gonçalves.
A influência dos programas de pesquisa em racionalidade na Teoria da Ação em Donald Davidson e Michael Bratman / Lucas Ollyver Gonçalves Barbosa. – 2020.

88 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Raul de Assis Neto.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.

Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Recife, 2020.

Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Razão. 3. Desejos. 4. Intenção. 5. Bratman, Michael. 6. Davidson, Donald, 1917-2003. I. Assis Neto, Fernando Raul (Orientador). II. Título.

100 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-216)

LUCAS OLLYVER GONÇALVES BARBOSA

**A INFLUÊNCIA DOS PROGRAMAS DE PESQUISA EM
RACIONALIDADE NA TEORIA DA AÇÃO DE DONALD DAVIDSON E
MICHAEL BRATMAN**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título do Doutor em Filosofia.

Aprovada em: 17/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Raul de Assis Neto (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Tárík de Athayde Prata (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Sandro Marcio Moura de Sena (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado R. M. Costa (Examinador Externo)
Universidade Católica de Pernambuco

Prof. Dr. Gerson Francisco de Arruda Júnior (Examinador Externo)
Universidade Católica de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

O momento final de toda jornada é feito de lembranças, olhamos para tudo que foi feito e o quanto aprendemos. Prof. Raul, você foi testemunha dos passos dados até aqui, muito mais que isto, foi o primeiro a acreditar que meus pés poderiam trilhar estes caminhos, suas palavras, piadas e orientação em forma de esporros são repetidos internamente em momentos de dificuldades e de descontração. Obrigado por ter me acolhido, minha gratidão foi refletida com uma passagem para Brasília. Uma viagem não está completa sem seus companheiros, afinal, dizem que: “Se quiser ir rápido, vá sozinho, se quiser ir longe, vá acompanhado”. Nesta jornada tive o prazer de compartilhar momentos inesquecíveis com duas pessoas impressionantes e maravilhosas. Nivia Ollyver, você me ensinou que o mundo pode ser colorido, alegre e leve. Me ensinou a ter coragem e não medir esforços, aprendi com você que as distâncias são menores do que parecem e as diferenças externas não são o que importam, o que realmente importa são os valores que compartilhamos. Sua força me contagia todos os dias, você é muito mais forte do que imagina. Seu sorriso é um farol que me guia meu coração e sigo firme com a certeza de tudo acontece como deve acontecer. Lara, você não sabe ler ainda, mas um dia vai poder ler isto. Espero que neste dia você eu tenha conseguido lhe mostrar o quanto eu te amo, vou me esforçar para tornar sua vida repleta de alegrias, assim como fez comigo, você é minha companheira, a menina com o coração e o sorriso mais bonito que já vi. Você me mostrou como coisas simples são importantes, cada pequeno momento compartilhado, cada sorriso e passeio no parque, a partir de hoje serão mais constantes. Meus sinceros agradecimentos aos meus sogros, Edileusa Lopes e Edvaldo Delmiro por todo apoio que me deram durante este período da minha vida.

Gostaria de agradecer aos meus amigos mais próximos, Wilton Melo que sempre ouviu minhas questões e minha procura por respostas. Cleyton Galvão, um irmão que a vida me deu. Elvis do Monte, por compartilhar histórias e sonhos. Bruno Oliveira, por ser meu amigo antes mesmo de me conhecer. A Wagner Santos e Renato Leite, por não medir esforços para me ajudar, é recíproco. Aos amigos da quinta-feira, por fazer a semana terminar mais rápido e tornar o trabalho mais leve.

Gostaria de agradecer a presteza dos membros da banca por apontar questionamentos essenciais para dar forma a esta versão, Prof. Dr. Tárík de Athayde Prata, Prof. Dr. Sandro Marcio

Moura de Sena, Prof. Dr. Gerson Francisco de Arruda Júnior, Prof. Dr. Danilo Vaz-Curado R. M. Costa e a Maria Paula que me auxiliou com as correções do texto.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo demonstrar que as diferenças entre o pensamento de Donald Davison e Michael Bratman estão enraizadas nas concepções de racionalidade que cada um deles está comprometido. O texto está dividido em quatro partes: no primeiro capítulo, *Teoria da Decisão e as Origens de Davison*, apresentamos o início da carreira de Davidson como psicólogo experimental e suas conexões com matemáticos e estatísticos que produziram a *Teoria da Decisão* em Stanford. Estabelecemos as conexões e pressupostos comuns que Davidson procura levar até a sua *Teoria da Ação*, dentro dos limites de uma *Teoria da Ação*. No segundo capítulo, *Teoria da Ação de Davidson*, exibimos sua Teoria da ação e procuramos mostrar através das passagens textuais, principalmente em *How is Possible Weakness of Will? e Intending* as proximidades com os conceitos da *Teoria da Decisão*, em particular o processo de *raciocínio prático* ligado ao conceito de *Desejabilidade*. No terceiro capítulo, *Racionalidade Limitada*, tratamos sobre a mudança de paradigma acerca da racionalidade e o contraponto trazido por Herbert Simon e as limitações estruturais do ser humano, acompanhado dos trabalhos desenvolvidos por psicólogos experimentais que trouxeram novas visões acerca da racionalidade limitada. No quarto capítulo, *Bratman e o Comprometimento*, trazemos as ideias de Bratman sobre o conceito de Intenção, seguindo os passos de Davidson procurando dar a *intenção* um tratamento ao mesmo nível de *crenças* e *desejos*, articulando a noção de agência planejada partindo da perspectiva da racionalidade limitada. No último capítulo, concluímos o texto defendendo a tese.

Palavras-chave: Crenças. Desejo. Intenção. Desejabilidade. Comprometimento.

ABSTRACT

This thesis aims to demonstrate that the differences between the thinking of Donald Davidson and Michael Bratman are rooted in the conceptions of *rationality* that each one of them is committed to. The text is divided into five parts; In the first chapter, *Decision Theory and Davidson's Origins*, we present Davidson's early career as an experimental psychologist and his connections to the mathematicians and statisticians who produced *Decision Theory* in Stanford. We established the common connections and assumptions that Davidson seeks to bring to his *Action Theory*, inside the limits of an *Action Theory*. In the second chapter, *Davidson's Theory of Action*, we exhibited his *Theory of Action* and sought to show through the textual passages, especially in *How is Possible Weakness of Will?* and *Intending* the proximity to the concepts of *Decision Theory*, in particular the process of *practical reasoning* linked to the concept of *Desirability*. In the third chapter, *Bounded Rationality*, we deal with the paradigm shift about *rationality* and counterpoint brought by Herbert Simon and the structural limitations of the human being, accompanied by the work developed by experimental psychologists who brought new insights into *bounded rationality*. In the fourth chapter, *Bratman and Commitment*, we bring Bratman's ideas about the concept of *Intent*, following in Davidson's footsteps by trying to give the treatment the same level of beliefs and desires, articulating the notion of planned agency from the perspective of bounded rationality. In the last chapter, we conclude the text defending the thesis.

Keywords: Belief. Desire. Intention. Desirability. Commitment.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	TEORIA DA DECISÃO E AS ORIGENS DE DAVIDSON	12
2.1	Davidson e a Teoria da Decisão ou A escola de Stanford	14
2.2	O contexto da publicação de ARC (1963)	23
3	TEORIA DA AÇÃO DE DAVIDSON.....	27
3.1	A mudança ocorrida em 1969	35
3.2	A questão da <i>Akrasia</i> em Davidson.....	36
3.3	A articulação de Davidson, a desejabilidade e a Teoria da ação.....	43
4	A RACIONALIDADE LIMITADA	46
4.1	Convivendo com um grupo e a interferência na nossa visão.....	51
4.2	Elementos que afetam a avaliação	54
5	BRATMAN E O COMPROMETIMENTO.....	60
5.1	Uma questão de método	60
5.2	O Trilema.....	64
5.3	Teoria do Planejamento	66
5.4	O comprometimento: Papéis descritivos e normativos	70
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	82

1 INTRODUÇÃO

A tese apresentada aqui tem como função situar os trabalhos em filosofia da ação feitos por Donald Davidson e Michael Bratman dentro do programa de pesquisa em racionalidade no qual cada um está inserido. O objetivo pretendido com isto é compreender melhor as diferenças de tratamento que os dois filósofos dão ao conceito de intenção. As diferenças entre as concepções de racionalidade que cada um dos filósofos toma como dado e influenciam o resultado de suas reflexões, mas que não são explicitados em suas obras.

Tudo bem, situar o trabalho desenvolvido pelos filósofos em seus programas de pesquisa parece à primeira vista algo trivial, mas não o é. Vejamos primeiro o caso de Davidson. Seu primeiro contrato profissional de relevância foi na Universidade de Stanford em 1951, lá ele não desenvolveu nenhuma pesquisa diretamente ligada à Filosofia. Seu trabalho consistia em fazer verificações axiomáticas através de experimentos que visavam validar teses em Teoria da Decisão, realizando medições empíricas das crenças e desejos dos agentes. A saber, como o agente humano toma decisões sob o espectro da incerteza baseando-se somente em suas crenças e desejos que funcionam como causa da ação. Dentro deste contexto, o desejo é considerado o aspecto motor ou *volitivo* da ação e o principal meio pelo qual o agente realiza suas escolhas, buscando como resultado de sua escolha a opção que apresenta o maior grau de desejabilidade ou preferência. Já as crenças servem como parâmetros que guiam o agente *epistemicamente* acerca do que é ou não possível de ser realizado e servem de guia caso exista a necessidade de aquisição de novas crenças.

Ele não era um pesquisador autônomo, em seu início de carreira atuava como uma espécie de trainee sob a tutela de Patrick Suppes e J.J.C. McKinsey, que durante anos tutelaram a formação de Davidson em matemática e estatística aplicada à Teoria da Decisão. Tais trabalhos desenvolveram nele o interesse sobre linguagens formais, questões sobre interpretação, ação, método de pesquisas e limites da ciência empírica. Mesmo ele posteriormente se afastando destas pesquisas experimentais, seria natural que as atividades que exerceu durante mais de 10 anos encontrassem um meio de retornar em seus escritos filosóficos e foi isso o que aconteceu.

Os conceitos fundamentais com os quais Davidson desenvolve em sua Teoria da Ação são os mesmos que ele utilizava enquanto psicólogo experimental em Stanford. As crenças e desejos

dentro do processo de raciocínio prático que prioriza as atividades formais do pensamento buscando um juízo de avaliação das opções possíveis visando o resultado que traga o maior nível de desejabilidade. Essa leitura do trabalho de Davidson só é possível quando levamos em consideração o seu passado descrito brevemente acima e explorado com maiores detalhes no capítulo 1, por isto a importância de situá-lo dentro do programa de pesquisa desenvolvido em Stanford.

No capítulo 2 damos prosseguimento ao nosso texto seguindo o fio dos trabalhos mais importantes que ele desenvolveu em Teoria da Ação. Em 1963, *Actions, Reasons and Causes*, surge como um trabalho de comentário a outro filósofo, o neowittgensteiniano Anthony Kenny, que havia acabado de publicar um livro intitulado *Action, Emotion and Will*. As críticas de Davidson foram muito contundentes e apoiam-se na concepção Causal da ação, ponto este que era muito controverso entre dos filósofos nesta época. Davidson afirma que a principal característica dos eventos mentais para é a forma como eles são descritos. A causa racional da ação pode ser apreendida com a exibição de sua descrição intencional, desejos e crenças. E estas duas características que mantém durante todo o trabalho de Davidson em filosofia da ação e extrapolam para sua teoria da interpretação.

Em 1969, com *How The Weakness of Will is possible?* e em 1978 com *Intending*. Davidson aprimora a versão que ofereceu em 1963. Se aproximando ainda mais das concepções que desenvolveu enquanto psicólogo experimental. Notadamente quanto ao papel que o conceito de *desejabilidade* irá tomar em sua filosofia e a mudança do conceito de *Intenção*, antes tomado como um conceito sincategoremático, agora a *intenção* passa a ser direcionada ao futuro, mas o comprometimento do agente com sua execução é irrelevante e permanece subordinada as crenças do agente. Não recebendo o mesmo tratamento dos estados mentais que compõem a descrição intencional do agente, crenças e desejos.

Finalizamos a fase de Davidson e partimos no terceiro capítulo para a concepção de racionalidade trazida pelo programa de pesquisa da racionalidade limitada que tem em Herbert Simon seu maior expoente. As ideias de Simon estão em oposição direta ao programa da Teoria da Decisão e sua compreensão só é possível através da comparação direta entre os modelos. Ele tenta demonstrar que a Teoria da Decisão superestima as capacidades humanas de raciocínio e de

cálculo. Como resultado disso, ele forma uma visão do ser humano mais realista e lança as bases teóricas para diversas pesquisas em psicologia experimental alinhadas com esta ideia.

Dentro desta estrutura é que o trabalho desenvolvido por Michael Bratman deve ser apresentado e assim o faremos no capítulo 4. Sua proposta é colocar o conceito de *intenção* no mesmo patamar de estado mental que as *crenças* e os *desejos* ocupam na filosofia de Davidson. Para tanto, ele cria a Teoria do Planejamento, cujo ponto de partida são as limitação em tempo, recursos e capacidades que o agente exibe ao realizar as atividades mais corriqueiras. O ganho que Bratman obtém ao alinhar a *intenção* com os planos é primeiramente inseri-la dentro da estrutura da racionalidade limitada e secundamente poder verificar, a partir deste ponto de observação, as disposições, restrições, normas e demandas que a intenção requer do agente. Mais especificamente, como ela se comporta nas atividades e compromimentos de um agente após formar uma *intenção*. Retirar o componente da racionalidade limitada do trabalho de Bratman é perder o cerne de sua virada metodológica. Quando antes olhávamos para a atividade da ação intencional, agora devemos nos focar no processo de ter uma intenção para agir.

Por fim, iremos concluir e realizar ponderações sobre os ganhos obtidos ao utilizarmos a comparação e inserção dos filósofos dentro de seus respectivos programas de pesquisa, contextualizando com elementos que não estavam explicitamente presentes em seus textos originais e que nos auxiliaram a pensar melhor os problemas que eles se propõem a discutir.

2 TEORIA DA DECISÃO E AS ORIGENS DE DAVIDSON

Toda a produção contemporânea do conhecimento está, de certa forma, conectada. Como consequência, o diálogo entre pesquisadores tem sido bastante intenso e profícuo, sobretudo nas últimas décadas. Uma das pedras de toque para aferir a qualidade de um trabalho é a quantidade de ecos que podemos encontrar em outros autores e sua inserção em diversos programas de pesquisa. Quando esses diálogos são amplificados para além da sua disciplina de origem é ainda mais interessante analisar o que foi produzido.

Dentro desse contexto, a questão da Agência humana é hoje uma das mais exploradas e mais difíceis já enfrentadas. Saber como tomamos decisões e usamos a nossa razão é um desafio enfrentado pelas melhores mentes em todos os tempos. Um de seus fenômenos mais intrigantes é compreender o porquê de fazermos o que fazemos. O que nos leva diretamente ao problema da Racionalidade da ação. Uma resposta comum para essa questão é tratar diretamente a pergunta: por que agimos como agimos? Um dos programas de pesquisa mais interessantes do século XX é o da Teoria da Decisão, que talvez seja o que mais concentrou especialistas de diversas áreas em suas tramas durante o século XX.

Antes de iniciarmos a discussão sobre estes temas é preciso fazer uma pequena digressão. Quando falamos do tema intenção em filosofia, estamos falando sobre estados intencionais e intencionalidade. Franz Brentano e Wilhelm Wundt em meados do anos 70 do século XIX foram os responsáveis por trazer estas questões de volta a filosofia e a psicologia, “alguns filósofos que desejam defender um ponto de vista intencional como aquele de Brentano, entre eles está Donald Davidson.” (DUTRA, 2006, p. 102) No entanto, uma diferença fundamental se aplica quando falamos sobre Davidson e Brentano:

para Davidson, a ação humana não pode ser explicada de maneira nomológica, mas deve ser explicada de maneira intencional, o que significa atribuir ao sujeito razões para agir, e não identificar possíveis causas de seu comportamento. Além disso, Davidson defende a ideia de que um evento é mental apenas em virtude da maneira como é descrito. (DUTRA, 2006, p. 103)

Veremos mais adiante que a possibilidade de ser descrito é a principal característica de uma ação intencional para Davidson, a descrição torna a ação inteligível, pública e capaz de ser elegível como uma razão para ação.

Em *Mental Events*, Davidson tece mais comentários acerca da relação de sua filosofia da ação e a intencionalidade de Brentano. Ele afirma que a característica que define o “teste do mental” (estados intencionais) é que “exibem aquilo que Brentano chama intencionalidade” (DAVIDSON, 1980, p. 211) e ele explica o que são estes estados intencionais afirmando que: “nós podemos chamar os verbos mentais que expressam atitudes proposicionais como acreditar, ter a intenção (*intending*), desejar, ter esperança, saber, perceber, notar, lembrar e etc...” (DAVIDSON, 1980, p. 211).

No entanto, de acordo com Crane (2017, p. 48) esta passagem de Davidson citada acima mostra uma mistura da tese de Brentano, de que a intencionalidade é a marca do mental, que originalmente se refere a fenômenos e não verbos, com a ideia de que verbos intencionais são aqueles que expressam atitudes proposicionais, e esta é uma tese do Davidson, não de Brentano. De modo que nenhuma das três categorias de fenômeno mental com as quais Brentano trabalha – apresentação, julgamento e emoção – são atitudes proposicionais. Crane arremata seu argumento apontando para a introdução do conceito de atitude proposicional na filosofia, reproduzo abaixo:

“A noção de atitude proposicional só é introduzida na filosofia em 1904 por Bertrand Russell, 30 anos após a primeira publicação da Psicologia de Brentano. Nem o termo ‘atitude proposicional’ nem o conceito eram existentes quando Brentano escreveu sua Psicologia; A associação da ideia de atitude proposicional que Davidson faz com a intencionalidade de Brentano é tão anacrônica quanto incorreta.” (CRANE, 2017, p. 48)

A intencionalidade é um tema importante dentro da perspectiva de uma filosofia da ação, mesmo que existam estes anacronismos. O que vemos na filosofia de Davidson é um trabalho em termos de condições com as quais uma ação pode ser dita ou não intencional e como ela pode ser descrita. O tema específico da intencionalidade e seu significado não é uma discussão que ele leve adiante. O que ele faz é seguir a abordagem mais comum do tema da intencionalidade que é aquela dissecada por Anscombe e apresentada nas três instâncias linguísticas abaixo:

- **Intenção para o futuro**, quando alguém tem a intenção de fazer algo. Exemplo: Eu tenho a intenção de celebrar o natal em casa.
- **A intenção com a qual alguém agiu**, que geralmente descreve uma ação diferente da que está em realização. Exemplo: estou escrevendo estas frases com a intenção de finalizar o texto.
- E a **ação intencional**, aquela em que podemos falar sobre o que alguém está fazendo. Exemplo: Eu abro meu guarda-chuva intencionalmente.

2.1 Davidson e a Teoria da Decisão ou A escola de Stanford

Davidson figura entre os filósofos mais importantes dos últimos cinquenta anos, com contribuições que perpassam vários temas em Filosofia, desde Ação, Semântica, Psicologia, Mente e Epistemologia, para citar alguns. Ele é conhecido por conseguir “articular de forma adequada uma perspectiva analítica, enfatizando a lógica, o argumento e a situação científica, com aspectos de pensamento humanista, fornece à filosofia de Davidson um caráter distinto.” (GLÜER, 2011, p. 4).

Seu trabalho é nitidamente sistemático e construído ao longo de 40 anos em diversos artigos, marcados por sua densidade e elegância. *Actions, Reasons and causes, de 1963*, é considerado o texto que colocou o filósofo em evidência dentro da filosofia analítica e suas publicações anteriores a esse período foram até pouco tempo atrás negligenciadas como contribuições menores.¹

Podemos ver como essa fase é deixada de lado até por grandes estudiosos de sua obra, como Kirk e Lepore,² que na introdução do *Companion to Donald Davidson*, publicado em 2013, nos oferecem uma pequena biografia da vida de Davidson como introdução do livro. Nele existe somente uma pequena sessão referente ao início da sua carreira e que eles chamam de primeira fase de Davidson, que iria até 1969. Embora eles afirmem que “esse momento é formativo para a

¹ Há uma retomada desta fase anterior do trabalho de Davidson quando ele é redescoberto pelos filósofos europeus, notadamente com o trabalho de pesquisa feito por Peter Engel, 1994, sobre a filosofia da linguagem de Davidson.

² Esse é um trabalho imenso feito a trinta e quatro mãos e traz um apanhado de estudos críticos sobre Davidson, dentre os artigos temos um texto de Peter Engel e mais outros três autores que abordam o início da carreira de Davidson como psicólogo experimental, refazendo a leitura sua obra através deste viés.

carreira de Davidson” (KIRK; LEPORE, 2013, p. 4), poucas informações são adicionadas sobre suas pesquisas em Teoria da Decisão, algo que ocupou Davidson por aproximadamente uma década. Esse é um ponto importante para nós porque os trabalhos dele que vamos explorar aqui, com mais ênfase, são os resultados apresentados em 1957 ainda em psicologia experimental e seu trabalho filosófico em Teoria da ação que inicia em 1963 com *ARC*³ e vai até 1971 com *Intending*.

Ainda sobre sua história anterior à *ARC*, é sabido que Davidson durante a primeira fase de sua carreira finalizou sua dissertação sobre o Filebo de Platão em 1947-1948, obtendo o grau de *Ph.D.* em *Harvard* somente em 1949. Dois anos depois se juntou à Universidade de *Stanford* como professor, permanecendo lá até 1967, onde trabalhou Patrick Suppes e J.J.C. McKinsey. O centro de pesquisa de Stanford do qual Davidson fazia parte era focado em desenvolver tecnologias matemáticas para resolver problemas de decisões cotidianas com financiamento direto do governo americano.

Segundo palavras do próprio Davidson,⁴ seus companheiros de trabalho o tomaram ‘sob suas asas’ e o principal objetivo do trio era escrever um artigo sobre as implicações da Teoria da Decisão para a Teoria Ética⁵ usando ferramentas matemáticas e estatísticas, em especial. Em uma entrevista concedida por Davidson a Lepore, quando tocam nesse ponto sobre sua formação, ele afirma que recebeu das mãos de seus companheiros, algo ‘como exercício, a tarefa simples de axiomatizar a Teoria da Decisão com base em um novo conceito primitivo’, tarefa para a qual ele considerava que ‘não estava de forma alguma preparado’⁶, essa atividade era similar à que Tarski usava para preparar seus estudantes.

No ano 1953 algo inesperado acontece, McKinsey morre repentinamente desfalcando o trio. Nesse mesmo ano, Suppes dividia seu tempo entre oferecer um curso focado no “programa de axiomatização nas ciências matemáticas e trabalhos relacionados em métricas psicológicas e teoria de valores” [...] e o trabalho de pesquisa no laboratório de Stanford de estatística e matemática aplicada. (ISAAC, 2013, p. 771).

³ Abreviação de *Actions, Reasons and Causes*.

⁴ Essas palavras podem ser encontradas em: Ford Foundation Grant File 53-82, Ford Foundation Archives, Ford Foundation.

⁵ Donald Davidson; J.C.C. McKinsey; Patrick Suppes, ‘Outlines of a formal theory of value, I’, *Philosophy of Science*, 22, 1955, p. 140-160.

⁶ Lepore, ‘An interview’, p. 252; Davidson, ‘Intellectual autobiography’, p. 31.

Davidson finaliza seu programa de treinamento formal e em 1953 trabalha em uma solução empírica para um problema conceitual central em Teoria da Decisão. Nesse momento da carreira ele ainda se via como um psicólogo experimental.⁷ Segundo Harnay e Rème, durante a década de 1950 ele publicou muitos artigos sobre Teoria da Decisão, em conjunto com Suppes, seu trabalho era avaliar a validade empírica da Teoria da Utilidade Esperada, este que é o conceito central para a Teoria da Decisão. “Os teóricos da decisão estavam interessados nos cálculos que um agente⁸ executava ao decidir entre alternativas, escolhas cujos resultados dependiam de um evento casual ou de um estado desconhecido da natureza”, (ISAAC, 2013, p. 772), os trabalhos desenvolvidos seguindo essa linha de raciocínio são conhecidas como *Teoria da Decisão* e operam sobre escolhas realizadas à ótica da incerteza e devem sua construção a uma quantidade substancial de pesquisadores. Aqui, citaremos brevemente os mais importantes e que tiveram influência direta no trabalho desenvolvido por Davidson.

Esta história inicia em 1947, quando Von Neumann e Morgenstern publicam a *Theory of Games and Economic Behavior*, no qual apresentam a axiomatização da utilidade. Esse trabalho foi discutido por cerca de dez anos levando a novas versões desses conceitos, e seus maiores críticos foram Friedman e Savage. A influência que Von Neumann e Morgenstern exerciam sobre Davidson e todo o círculo de Stanford era muito clara e esperada devido à proximidade que eles tinham com os pesquisadores. No entanto, as pesquisas desenvolvidas por Davidson e Suppes seguiram a linha crítica à Von Neumann e Morgenstern apresentada por Michael Friedman e Leonard Savage (1948), nos textos: *The Utility Analysis of Choices Involving Risk* e em 1952 com *The Expected-Utility Hypothesis and the Measurability of Utility*⁹. Nesta época era comum entre os pesquisadores da Teoria da Decisão pensar que

a decisão de um agente entre alternativas cujo resultado era incerto seria governada por dois fatores: o cálculo do resultado provável das apostas entre as quais eles foram convidados a escolher, sua 'probabilidade subjetiva', e o valor ao qual atribuíam os possíveis resultados de sua escolha, sua 'utilidade subjetiva'. (ISAAC, 2013, p. 772)

⁷ Conforme ele mesmo afirma em: *Philosophy of Psychology*, p. 236.

⁸ Segundo STEELE 2019, “agente” aqui refere a uma entidade, usualmente um indivíduo humano, que é capaz de deliberação e ação.

⁹ Mais detalhes sobre isso podem ser encontrados em Harnay (2008).

Segundo Steele (2016), a Teoria da Utilidade Esperada, diz essencialmente que, em situações de incerteza, deve-se **preferir** a opção com maior *desejabilidade* ou valor esperado. Isto pressupõe um processo avaliativo no qual as opções possíveis foram pesadas umas contra as outras até o agente chegar à conclusão de qual dentre elas é preferível, ou seja, apresenta o maior valor de utilidade esperada. O trabalho dos pesquisadores em Teoria da Decisão foi criar uma função de Utilidade Esperada para que tenhamos objetivamente como saber qual é a opção preferida (desejável) do agente.¹⁰ Devemos então definir, qual o significado de preferência:

Grosso modo, dizemos que um agente "prefere" a "opção" A acima de B apenas no caso de, para o agente em questão, o primeiro ser mais desejável ou digno de escolha do que o segundo. Essa definição grosseira deixa claro que a preferência é uma atitude comparativa; é uma das opções de comparação em termos de quão desejáveis / dignas de escolha são [...] a preferência está relacionada a comparação entre opções; é uma relação entre opções. Para um domínio de opções, falamos da *ordem de preferência de um agente*, sendo esta a ordem de opções gerada pela preferência do agente entre quaisquer duas opções nesse domínio. (Steele, 2016)

Desse modo, a preferência é baseada na avaliação de *desejabilidade* que o agente é capaz de produzir através da comparação entre opções, mensurando suas opções. Uma ocorrência alinhada com essa definição é acerca da nulidade do evento, de acordo com a definição 2 de Savage, a desejabilidade do resultado (resultado do processo de julgamento) deve ser independente do evento no qual ele ocorre e ele estipula que o conhecimento do Agente de que o evento é atual (que ocorre) não afeta a ordem de preferência dos resultados, segundo Steele (2019).

Davidson é um herdeiro desta perspectiva de Savage em seu trabalho em Teoria da Ação, mesmo que isso esteja encoberto em *ARC*, mas estará presente com mais nitidez em *How the Weakness of Will is possible?* e em *Intending*. Harnay e Rème, em *Davidson, Decision and Interpretation* de 2017, são claros sobre a base compartilhada de análise da Teoria da Decisão e da Teoria da Ação de Davidson, ambas dependem de uma análise dos papéis, respectivamente, de desejos (preferências) e crenças (probabilidades). Eles são, então, baseados no mesmo princípio de silogismo prático proposto por Aristóteles e, conseqüentemente, oferecem uma perspectiva

¹⁰ A função de utilidade esperada consiste em um somatório das funções de crenças e desejos do agente. A explicação do modelo matemático pode ser encontrada em Steele 2019.

"teleológica", (HARNAY; RÈME, 2017, p. 45) da qual Davidson irá se afastar no desenvolvimento de seu pensamento filosófico.

Em seus trabalhos iniciais na década de 50 o objetivo dos artigos que Davidson escreveu era estabelecer

uma tentativa de validar empiricamente a teoria da utilidade esperada de Von Neumann e Morgenstern. Mais precisamente, ele visa coletar observações que lidam com a escolha comportamental de indivíduos que enfrentam resultados arriscados, a fim de verificar se essas observações são conclusivas com o que os estudiosos chamam de "teoria da utilidade esperada" de Von Neumann e Morgenstern. Finalmente, o objetivo é examinar o impacto das observações na curva que representa a função de utilidade, especialmente em termos de aversão ou apelo ao risco." (HARNAY; RÈME, 2017, p. 42)

De acordo com Steele (2019), existe uma pressuposição geral em Teoria da Decisão de que o agente é determinado por suas crenças e desejos, com foco na normatividade, eles estavam interessados em saber quais critérios os desejos do agente deveriam satisfazer em qualquer circunstância genérica, e “a preocupação central da teoria estatística (Teoria da Decisão) é a probabilidade, e a probabilidade subjetiva é o grau de crença ” (QUINE, 1995, p. 50). O que Davidson e Suppes fizeram durante sua pesquisa foi

delinear um novo conjunto de axiomas para escolha envolvendo risco que poderia ser testado em condições controladas. Os experimentos de Davidson, conduzidos com Suppes e outros, produziram um fluxo de artigos e relatórios técnicos em um campo de estudo que uniu estatísticos, psicólogos, economistas e filósofos.” (Cf. ISAAC, 2013, p. 773)

O trabalho de Davidson estar alinhado com esse programa de pesquisa, segundo MIROWSKI (2019, p. 159-164) é até surpreendente, para alguns, que uma das axiomatizações iniciais em Teoria da Decisão seja do próprio Davidson e tenha aparecido na revista *Philosophy of Science em 1955*.¹¹ Servindo de base para sua publicação posterior *Decision Making: An Experimental Approach* de 1957, no qual eles tomaram uma caminho experimental, como o título sugere, partindo da afirmação que: "Nenhuma interpretação empírica satisfatória da teoria da

¹¹ Donald Davidson, J. C. C. McKinsey, and Patrick Suppes, “Outline of a Formal Theory of Value,” *Philosophy of Science* 22, no 2, 1955, p. 140–60.

decisão foi oferecida; portanto, é impossível testá-la" (DAVIDSON, 1957, p. 3) Nesse contexto, a contribuição deles foi alterar a abordagem e partir para a reelaboração das teorias de Von Neumann e Savage já apresentadas parcialmente em 1955. Seu objetivo era

verificar se os indivíduos maximizavam sua utilidade esperada, oferecendo-lhes várias apostas arriscadas. Com base em dados empíricos, os cientistas foram capazes de conceber uma escala de utilidades, espaçadas igualmente, para verificar a hipótese da utilidade esperada. O que eles fizeram para conceber essa escala foi inspirado abertamente pelos trabalhos de Frank Ramsey e, em particular, por seu método operacional, permitindo-lhe determinar ao mesmo tempo utilidades e probabilidades. (HARNAY, 2017, p. 42)¹²

Os trabalhos desenvolvidos por Davidson na década de 50 podem ser avaliados em duas frentes, uma que apresenta ênfase em *economia* e trata com detalhes da axiomatização delineada por Davidson e Suppes e outra tocante à interdisciplinaridade dos escritos, posição que tomaremos aqui seguindo Harnay e Rème.

De fato, a carreira do filósofo Donald Davidson ainda não foi adequadamente apreciada como uma longa meditação sobre as implicações do movimento decisório, que começou em seu estágio inicial na RAND, explorando o nexos de crença-desejo dessa espécie de psicologia popular, até sua doutrina central do chamado "princípio da caridade"¹³, que aconselha que devemos implantar um princípio de interpretação em relação às ações de outras pessoas, o que lhes atribui crenças verdadeiras e desejos racionais como opção padrão. (Este é precisamente o mandato metodológico da teoria da decisão.) Nada expressa melhor a total rejeição da ciência social anterior à guerra, que continuamente atribuía desejos e crenças irracionais às massas e, conseqüentemente, eleva a psicologia popular do desejo ou utilidade a um status causal a par das ciências naturais. (MIROWSKI, 2019, p.161)

Em 1957, Davidson publica em conjunto com Siegel e Suppes o resultado de suas pesquisas em um livro intitulado *Decision Making: An Experimental Approach*. Esse trabalho é

¹² O objetivo de Ramsey em *Truth and Probability* (1926) era enfatizar a ligação entre o grau de crença subjetiva que se tem em uma proposição p e sua probabilidade atual. Além disso, ele se concentrou na maneira como um grau de crença de um agente em uma determinada proposição poderia ser medido. Se esse agente aplica um certo número de normas à racionalidade, o grau de crença pode ser representado por uma medida que é conclusiva com as leis da matemática da probabilidade, segundo Ramsey. Essa explicação sobre o trabalho de Ramsey pode ser encontrada em (HARNAY, 2017, p. 42).

¹³ Grosso modo, segundo Glüer (2013), seria uma espécie de abertura para o entendimento dos outros, numa troca de atribuição de atitudes crenças, para tal devemos conceder que o outro está se expressando corretamente na maior parte do tempo, daí deriva o nome do princípio, e sua força vem de uma condição fundamental das crenças, a coerência.

composto de três artigos que não haviam sido publicados anteriormente. Segundo Isaac, dentre os pesquisadores do grupo de Stanford, Davidson é o que mais está ligado à Filosofia, mas suas críticas aos limites desse modelo na Teoria da Decisão só vem em 1974 com *Psychology as Philosophy*¹⁴ e *Belief and the Basis of Meaning*, nos quais aponta limites para a Teoria da Decisão e esboça analogias com a Teoria da Interpretação ou o Holismo do Mental.¹⁵ Ele afirma em *Pap*¹⁶ que “uma teoria radical da decisão deve incluir uma teoria da interpretação e não pode pressupô-la”. (DAVIDSON, 1974, p. 237). Considerando que, para Davidson, os significados só podem ser conhecidos através das escolhas de enunciação por partes dos agentes.

Somente em 1985, já bem distante do nosso escopo de investigação, Davidson em “*A New Basis for Decision Theory*” vem a chamar isto de ‘base’ para o entendimento da teoria unificada da ação, linguagem e interpretação, essa crítica é fundamentada na ideia que

a análise desses significados ofereceria um componente mental adicional ao examinador, o que permitiria que ele ou ela entendesse melhor as razões por trás da decisão [...] Desejos e crenças são tipicamente expressos verbalmente e Davidson considera que o ato de declarar oferece uma informação diretamente ligada a esses desejos e crenças: não se pode entender o que uma pessoa diz se a primeira não compreende o que ela acredita e deseja.” (HARNAY, 2017. p. 40)

Uma ressalva deve ser feita aqui. Davidson reconhece textualmente as limitações da Teoria da Decisão quanto a capacidade de entregar uma teoria completa da decisão humana, no entanto, isso só ocorre em 1974 em *Pap*. Ele lançou as bases de sua Teoria da ação em 1963 e 1969 e mesmo posteriormente afirmando a necessidade de incluir a *interpretação* em uma Teoria da Decisão, como citamos acima, este tema se quer é discutido em *Intending, de 1978*. Mesmo, esse artigo sendo responsável por finalizar o arco de discussões de Davidson sobre a Teoria da Ação, nele há apenas o reforço às ideias apresentadas em 1969, como veremos no próximo capítulo.

O ponto focal é que os experimentos realizados nos estágios iniciais de sua carreira foram cruciais para Davidson desenvolver sua própria visão sobre a questão da interpretação que está diretamente ligada à sua Teoria da Ação e a origem da teoria unificada do pensamento, levando-o

¹⁴ Davidson, D. 1974a, “Psychology as Philosophy”, p. 229-244.

¹⁵ Para ler com detalhes o relato de Davidson sobre isto. Donald Davidson, ‘A new basis for decision theory’, *Theory and Decision*, 18 (1986), p. 87–98.

¹⁶ *Psychology as Philosophy*.

a reconhecer que “os reais problemas da Teoria da Decisão são problemas de interpretação”. (Davidson, 1999, p. 32)¹⁷ Mesmo que tais questões sobre a interpretação só venham a ser tematizadas posteriormente.

Quine, considerado o maior interlocutor de Davidson, e que alguns afirmam como seu ‘mestre’, reafirma essa postura e preocupação de Davidson em *From Stimulus to Science* de 1995, no qual diz que os estudos conduzidos por Davidson e Richard Jeffrey em Teoria da Decisão

revelam um notável entrelaçamento de probabilidade subjetiva com as preferências do sujeito, por um lado, e a interpretação de suas frases, por outro. O programa semântico de interpretação de Davidson envolve jogar cada uma dessas três variáveis - probabilidade, preferência e interpretação - contra as outras duas¹⁸. (QUINE, 1995, p. 50)

No entanto, o trabalho de 1957 encontra algumas dificuldades devido ao seu elevado nível de objetividade e alguns resultados inesperados que foram obtidos. Os problemas começaram a surgir quando os pesquisadores perceberam que as apostas feitas pelos sujeitos submetidos a experiência variavam de acordo com os resultados obtidos anteriormente, segundo HARNAY (2017). Se eles conseguiam acertar o resultado da aposta uma sequência de vezes, tendiam a se tornar mais otimistas, do contrário, se não conseguiam acertar o resultado da aposta uma sequência de vezes, se tornavam mais pessimistas. Esse elemento que levava os sujeitos a apresentarem uma reação em cadeia que afetava suas escolhas posteriores, implicava na descoberta de um componente subjetivo que não estava previsto por seus métodos de medida objetiva, que como vimos eram baseadas na objetividade do raciocínio estatístico aplicado a escolha racional.

Para solucionar esse problema “os pesquisadores deveriam identificar estas distorções e encontrar uma maneira de evitar a contaminação de todas as escolhas realizadas” (Davidson; Suppes; Siegel, 1957, p. 53) mantendo o elemento subjetivo fora do processo decisório e permanecendo ligados ao programa de matematização dos resultados.

Outro problema comum relatado por Davidson, foi descrito por Ward Edwards, que

¹⁷ Davidson, Donald. (1999), “Autobiography”, in HAHN, 1999, p. 3-70.

¹⁸ Embora Davidson somente irá trabalhar essas questões bem mais tarde em sua filosofia, nos anos 70 nos textos citados, quando oferece as críticas mais duras ao modelo de Teoria da Decisão que ele mesmo desenvolveu nos anos 50, mas ainda mantendo correlações importantes entre ela e a Teoria da Ação.

segundo Harnay, foi o pioneiro em identificar este tipo de afastamento sistemático que os sujeitos apresentavam do modelo objetivo comum nas pesquisas da época em Teoria da Decisão. Ele levantou a hipótese de que os fatores psicológicos deveriam ser considerados como um todo na influência das escolhas. Edwards apontou, de forma mais contundente, o que ficou conhecido como “problema de apresentação”. Em resumo, pode-se dizer que o “problema da apresentação” seria o efeito que o modo de apresentação verbal das opções tem sobre as escolhas do sujeito. Se ao propor uma aposta, a primeira ocorrência verbal for de perda, o indivíduo tenderia a não querer apostar ou se arriscaria menos, se for de ganho, aconteceria o contrário, aumentando a tendência de ele querer apostar ou arriscar levando a uma reação em cadeia. O resultado apontado pelo “problema da apresentação” é sistematicamente desviante do modelo objetivo proposto pelos pesquisadores em Teoria da Decisão, e que estava em teste pela equipe que Davidson fazia parte. O problema surge uma vez que estamos mantendo os mesmos valores para ganhos ou perdas nas duas opções apresentadas ao sujeito, seria de esperar que ele se comportasse da mesma maneira nos dois casos, oferecendo a mesma resposta independente da forma como eles são apresentados, dado que os valores esperados de utilidade são os mesmos, o valor de probabilidade também deveria se manter.

Isso levou Davidson a defender a necessidade de uma Teoria da Interpretação na Teoria da Decisão, segundo (HARNAY, 2017 p. 43) comprovado pelo seu artigo, *Belief and the Basis of Meaning*, de 1974, no qual há uma citação ao trabalho de Edward e o “problema de apresentação”, em que Davidson estabelece uma relação direta entre Teoria da Ação e a Teoria da Decisão afirmando que:

Não existe apenas uma analogia entre teoria da decisão e teoria da interpretação, existe uma conexão. Visto do lado da teoria da decisão, há o que Ward Edwards chamou de "problema de apresentação" para aplicações empíricas da teoria da decisão. Para aprender as preferências de um agente, particularmente entre apostas complexas, é obviamente necessário descrever as opções em palavras. Mas como o pesquisador pode saber o que essas palavras significam para o sujeito? (DAVIDSON, 1974, p. 147).

Para responder a essa pergunta, Davidson acreditou ser necessário uma Teoria do Significado, o que dentro de sua filosofia acontece somente nos anos 70 e significa uma Teoria da Interpretação. No contexto inicial de sua pesquisa, a proposta do trio, em 1957, foi de seguir a linha behaviorista em sua abordagem experimental, “medindo utilidades (desejos) e probabilidades (crenças) (HARNAY, 2017, p. 44). Essa era a crença que os pesquisadores tinham naquele

momento, e Davidson, em 1976, afirma categoricamente que o que precisou ser feito à época: “era dar uma interpretação behaviorista para ‘S preferir A a B’ e a teoria da decisão [...] se tornaria uma poderosa teoria empírica, eminentemente testável e palpavelmente falsa”, (DAVIDSON, 1976, p. 270) adequando sua pesquisa aos critérios científicos de verificação e falseabilidade. Um elemento incomodou Davidson nesse processo, além da questão da significação, foi a redução drástica do mental ao físico que o modelo behaviorista propunha, eliminando qualquer traço do aspecto mental (conteúdo semântico) que o agente exibia verbalmente através de suas escolhas que eram feitas na pesquisa.

Ele levantou críticas a forma como o experimento era conduzido, uma vez que na metodologia utilizada o sujeito do experimento herdava uma linguagem do examinador, uma que era imposta pelo sistema metodológico rígido com o qual o experimento era realizado, com perguntas e respostas prontas. A consequência disto era a imposição de um modelo de linguagem que não levava em consideração o conteúdo da mente do sujeito e não permitia que os examinadores compreendessem o motivo de suas escolhas.

2.2 O contexto da publicação de ARC (1963)

Agora que algumas conexões foram realizadas, voltemos ao nosso recorte metodológico da Teoria da Ação de Davidson, falando sobre o contexto que levou a publicação de ARC. É relatado por Isaac (2013), que Davidson apresenta um artigo no Congresso Internacional de Lógica, Metodologia e Filosofia da Ciência em 1960, argumentando que a Teoria da Decisão quando tem de lidar com as ações voluntárias, deve interpretar ‘o conjunto de alternativas ou ações entre as quais as escolhas ou decisões são tomadas’ da ‘mesma forma que é interpretada pelo sujeito’¹⁹. Essa é ao mesmo tempo a

linguagem das probabilidades subjetivas e utilidades subjetivas, mas também uma restrição metodológica que Davidson invocaria em sua discussão das razões primárias. Davidson também afirmou que as teorias modernas de decisão, ‘explicam e preveem decisões da mesma maneira que as teorias de outros ramos da ciência explicam e preveem os fenômenos com os quais lidam’ Ações ou

¹⁹Cf. International Congress for Logic, Methodology, and Philosophy of Science: Abstracts of Contributed Papers (Stanford University, Stanford, CA, 24 Aug. – 2 Sept. 1960), Folder–box 4440–20:Logic, Papers of the Department of Philosophy, Stanford University, Stanford University Archives.

decisões não deveriam ser explicadas fora dos recursos conceituais das ciências em geral; novamente, essa foi uma convicção que encontrou voz no artigo de Davidson de 1963. (ISAAC, 2013, p. 774)

A jornada de ARC inicia quando Sidney Morgenbesser era editor do *Journal of Philosophy*. Ele foi o responsável por encomendar à Davidson um *review* do livro recém lançado *Action, Emotion and Will*, de Anthony Kenny,²⁰ um filósofo Neowittgensteineano. Morgenbesser deu liberdade a Davidson para "aproveitar a oportunidade e discutir suas próprias ideias sobre utilidade, teoria dos jogos, etc., usando o livro [Kenny] como [um] trampolim"²¹ que “naturalmente, se baseou em alguns dos conceitos e compromissos teóricos que ele encontrou na teoria da decisão e áreas relacionadas das ciências matemáticas e comportamentais.” (ISACC, 2013, p. 774) O modo rigoroso de fazer conhecimento que Davidson aprendeu em Stanford foi levado para o tratamento filosófico de ARC em diante. Ele considerava as técnicas que tinha aprendido no amplo campo da Teoria da Decisão e da metodologia axiomática um inestimável kit de ferramentas para afiar questões em filosofia de ação, a teoria da explicação científica e campos relacionados em filosofia analítica.

É preciso ter cuidado com as afirmações que podem ser feitas a partir das informações que elencamos até aqui, não quer dizer que Davidson seguia a linha da Teoria da Decisão de forma estrita em seu trabalho filosófico como uma forma direta de continuação do seu trabalho como psicólogo experimental, sua postura, enquanto filósofo, sempre foi crítica em relação as pesquisas, mas ele mantém muitos conceitos e estruturas de análise com as quais estava familiarizado anteriormente e que o alinham à pesquisa que desenvolveu nos anos cinquenta. Será de suma importância levar em conta seu passado formativo e o trabalho desenvolvido em Stanford²² ao lado de tantos outros pesquisadores de enorme contribuição para diversas áreas do conhecimento humano do século XX, já que muitos elementos com o quais ele trabalha estão diretamente ligados à sua carreira anterior. Devemos adicionar aqui o compromisso de Davidson com as teorias

²⁰ Ele inicia o texto identificando os filósofos a que irá se opor para defender a sua tese de que ações tem causas: Anscombe, Hampshire, Hart, Honoré, Dray, Holland, Kenny e Melden são os filósofos listados.

²¹ Citado em Isaac, Morgenbesser to Donald Davidson, 15 May, 1963, carton 3. DDP.

²² Um elemento importante do processo histórico que levou a universidade de Stanford ao patamar que tem hoje, se deve à sua localização geográfica. A universidade serviu de base, literalmente, para pesquisas desenvolvidas pelo governo americano durante o período da segunda guerra e da guerra fria. A alocação de recursos foi fundamental para o desenvolvimento intelectual de Davidson e seu retorno à filosofia. Já como pesquisador proeminente, comanda um grupo de pesquisa que tinha vários alunos de Tarski, outro núcleo era dirigido por Jaakko Hintikka, eles possuíam verbas suficientes para trazer como professores convidados filósofos do porte de Quine, Ryle, Austin, Strawson e Anscombe, por exemplo. Um relato detalhado pode ser encontrado no artigo de Isaac (2013).

científicas de explicação causal,

seria razoável concluir que Davidson era sensível a força causal das razões (ou, mais especificamente, crenças e desejos) precisamente porque seu trabalho em teoria da decisão o ensinou que crenças e desejos poderiam ser medidas independentemente uma da outra e tratada como elementos separados na explicação das decisões e outras ações dos agentes.” (ISAAC, 2013, p. 774-775)

Vimos acima que a Teoria da Decisão compartilha os mesmos elementos básicos da Teoria da Ação de Davidson, utilizando como elementos centrais da explicação as crenças, os desejos e a razão para ação. No primeiro caso, representando uma forma de selecionar as opções de ações dentre as que são razoáveis de serem executadas e no segundo visando uma visão causal de ações isoladas, mesmo que ele retome o modo de raciocínio da Teoria da Decisão em 1969, colocando os desejos a serviço do processo de avaliação racional. “A teoria da ação que Davidson cunhou é uma forma particular e simples de explicação por razões que não levam em consideração a maneira como um agente faz uma escolha entre várias ações [...]” (HARNAY, 2017, p. 46) dentro do contexto de ARC. Essa simplicidade proposta por Davidson se dá através da concepção de uma Teoria da Ação que está voltada a elementos simples, que são as crenças e desejos como razões da ação, ainda que “as teorias de ação e decisão recorram a um raciocínio analítico semelhante, a teoria da ação não possui uma estrutura formal nem oferece a opção de decidir entre duas ações igualmente desejáveis.” (HARNAY, 2017, p. 46) A estrutura formal mencionada são os conceitos utilizados para explicar a ação, por estarem reduzidos somente as crenças e desejos não havia como decidir entre eles entre eles, já que eles são igualmente desejáveis, possuiriam o mesmo valor no processo avaliativo e a ponderação chegaria a um empate, não havendo outra forma de solução a não ser recorrer ao raciocínio prático. Essa passagem expressa uma herança do trabalho com a Teoria da Decisão, que avalia as preferências como predominantes na escolha do resultado, causando-os.

Segundo Malpas (2019), uma das características mais marcantes da filosofia de Davidson é sua pouca revisibilidade global. Com isso afirmo que os conceitos que ele trabalha ao longo de sua carreira são os mesmos com pequenas adequações ao longo do tempo, o que nos leva a dois pontos: 1) Ele já tem claro em sua mente o projeto filosófico que pretende desenvolver desde seu descolamento com a psicologia experimental; 2) Ele realiza refinamentos desses conceitos, mas

não os descarta de forma total, sua perspectiva é de desenvolver aperfeiçoamentos quando necessário. Vemos isso acontecer desde a publicação *ARC*, as duas teses principais desse texto se mantêm ao longo do seu trabalho. A primeira é noção de *razão primária*, como par de crenças e desejos (ou pró-attitudes), sob as quais a ação é explicada. Para Davidson, “uma ação se torna inteligível por estar incorporada em um sistema mais amplo de atitudes atribuíveis ao agente - por estar incorporada em uma estrutura mais ampla de racionalidade.” (MALPAS, 2019) A segunda ideia trazida em *ARC* é de ‘agir sob uma descrição’, partindo da ideia que uma ação pode ser descrita de várias maneiras diferentes e somente sob uma dessas descrições é que a ação é intencional. O argumento utilizado para exemplificar em *ARC* é o do interruptor que veremos mais adiante em detalhes e serve para conectar a racionalidade a noção de causalidade, conforme podemos ler abaixo:

Duas ideias são construídas no conceito de agir sob uma razão (e o conceito de comportamento em geral): a ideia da causa e a ideia da racionalidade. Uma razão é uma causa racional. O caminho da racionalidade é construído de forma transparente: a causa deve ser uma crença e um desejo à luz do qual a ação é razoável. Mas a racionalidade também se insere mais sutilmente, uma vez que o modo como o desejo e a crença funcionam para causar a ação deve atender também a condições não especificadas. A vantagem deste modo de explicação é clara: podemos explicar o comportamento sem ter que saber muito sobre como ele foi causado. E o custo é apropriado: não podemos transformar este modo de explicação em algo mais parecido com uma ciência. (DAVIDSON, 1974, p. 233).

Lepore e Ludwig, em 2004, em um artigo intitulado *Donald Davidson*, oferecem uma lista com onze de suas principais contribuições. A primeira delas é sua defesa da visão de senso comum de que razões são causas das ações através da exibição das crenças e desejos que utilizamos para explicá-las. “Davidson argumentou que deveríamos ver as ações como causadas, de acordo com o senso comum: as razões pelas quais agimos são as razões que não apenas justificam (minimamente) a ação do nosso ponto de vista, mas também a causam.” (LEPORE e LUDWIG, 2014, p. 313)²³ No entanto, a forma de explicação simples que a Teoria da Ação desenvolve tem sua limitação, que consiste, em não poder realizar o trabalho de uma ciência preditiva do comportamento, “Qualquer teoria séria para prever ações com base em razões deve encontrar uma maneira de avaliar a força

²³ Lepore e Ludwig, *Donald Davidson*. *Midwest Studies in Philosophy*, XXVIII (2004). Disponível em: <https://philarchive.org/archive/LEPDD>

relativa de vários desejos e crenças na matriz de decisão²⁴”, (DAVIDSON, 1963, p. 16) mas carrega consigo a vantagem de não entrar em searas mais complexas,

isso me impediu de dizer qualquer coisa sensível sobre uma série de problemas, tal como, pode ser esperado de um agente que tenha de escolher entre várias ações concorrentes, cada uma das quais é recomendada por suas próprias razões. Da mesma forma, nenhuma menção foi feita do efeito das variações na força do desejo, ou grau de crença. A teoria da decisão sob incerteza é projetada para lidar com essas questões (DAVIDSON 1976, p. 268).

3 TEORIA DA AÇÃO DE DAVIDSON

A doutrina mais aceita sobre Teoria da Ação é do filósofo americano Donald Davidson. Ele se opõe a uma filosofia neowittgensteiniana que era predominante em sua época. Filósofos, como Ryle e Anscombe, acreditavam que não era possível identificar uma causa para as ações e que qualquer tentativa internalista de explicação das ações estaria destinada ao fracasso. Eles

²⁴ Essa é uma clara referência a Teoria da Decisão já em ARC, a matriz é a disposição ordenada de um conjunto de elementos estatísticos.

afirmavam “que não se deve ser enganado pelas semelhanças linguísticas entre nosso vocabulário mentalista e materialista em uma imagem quase-mecanicista do pensamento e da ação” (STOECKER, 2011, p. 598).

Davidson vai no contra fluxo desse pensamento propondo uma Teoria Causal da Ação. Em ARC ele argumenta contra essa ortodoxia com tanto sucesso que estabelece uma nova ortodoxia da explicação de ações como racionais e causais.²⁵ Afirmava então que seria possível explicar e justificar a ação através de um par adequado de crenças e desejos (pro-attitudes) que seriam a razão da ação quando estas estão em uma relação apropriada, num ataque franco e em clara oposição aos filósofos anteriormente citados. Nesse primeiro momento não existe nenhum apelo à intenção nem à volição, ambas estão excluídas da causação da ação, somente voltando a abordar essa questão em artigos posteriores. A tradição filosófica posterior denomina esse argumento como “modelo crença-desejo”.

No trabalho realizado em 1969, *How Weakness of will is possible?*, e 1971, *Intending*, ele procura caracterizar a relação lógica entre ação e causa em termos de raciocínio prático, de maneira mais forte no primeiro e subentendida no segundo. A linha principal de argumentação é que a razão que fez o agente agir, na forma de crenças e desejos, provê premissas das quais podem levar até a conclusão, através do raciocínio prático.

A posição assumida por Davidson em sua filosofia da ação apela para uma forma de redescrever a ação como parte de uma atividade social mais ampla, envolvendo padrões linguísticos, econômicos e avaliativos que podem ser vistos como integrantes de sua filosofia da linguagem e, principalmente, a partir do conceito de “interpretação radical” que consiste em “atribuir atitudes intencionais, bem como significado linguístico ao nosso próximo, visando a explicação das ações” (STOECKER, 2013, p. 15).

Seu projeto filosófico consiste em ter uma teoria unificada para o significado e a ação, por esse motivo a compreensão da ação é fundamental para entender o trabalho de Davidson em sua totalidade. A conexão da interpretação radical com a filosofia da ação se dá na forma de compreender como um agente mantém sua racionalidade e como se dá seu papel enquanto intérprete radical:

²⁵ Conforme mencionado por Ernie Lepore na introdução do *The Essential Davidson*. p. 3.

Ele tenta ao mesmo tempo entender a totalidade das ações, incluindo os enunciados linguísticos e as atitudes proposicionais de uma pessoa [...] entender ou interpretar as ações de uma pessoa tornou-se parte integrante da missão do intérprete radical [...] as soluções sugeridas por Davidson obtêm seu significado completo apenas no contexto dessa missão. (GLÜER, 2011, p. 153)

A racionalidade do agente é compreendida dentro desse contexto através da exibição da razão (par crença-desejo) que causou a ação. Quando isso ocorre, o agente recorre a uma descrição da razão que o levou a realizar aquela determinada ação. Para Davidson, quando o agente faz algo intencionalmente, ele age “sob uma descrição”, isso mostra o quanto compreensão da linguagem é importante para a compreensão da ação. Ainda que: “a ação exige que o que o agente faz seja intencional sob alguma descrição, e isso, por sua vez, requer, acredito, que o que o agente faz é conhecido por ele sob alguma descrição” (DAVIDSON, 1971, p. 50). Com isso não se quer dizer que o agente está agindo causalmente com relação a todos os possíveis desdobramentos da sua ação, afirma-se somente que ele está ciente do que faz e comprometido intencionalmente somente com uma parte da ação, aquela que está em uma relação adequada com a crenças e desejos do agente no momento da ação. Davidson chama essa configuração processo de *racionalização*, “a relação entre uma razão e uma ação quando a razão explica a ação, dando a razão do agente para fazer o que ele fez.” (DAVIDSON, 1963, p. 3). Podemos apresentar três elementos que constituem a agência para Davidson: 1) Ações são eventos que são explicáveis pelo recurso a um par de atitudes, a saber, crenças e desejos; 2) estes qualificam como sua razão primária; 3) eles também explicam o evento causalmente.

As ações são vistas como eventos, tendo como principal característica serem particulares espaço temporais que podem ser descritas intencionalmente, porque tem pelo menos uma intenção em sua história causal, e apresentando como caso paradigmático os movimentos corporais, “nós nunca fazemos mais do que mover o corpo” (DAVIDSON, 1978, p. 59) e ações são sempre movimentos corporais. Dessa forma, chamar um movimento corporal de uma ação é dizer que ele pode ser explicado através da “*racionalização*”, ficando esta responsável por justificar o motivo da ação acontecer. Embora isso não fale sobre a qualidade daquilo que o agente fez nem tenha nenhum viés moral, quer dizer apenas que:

A racionalidade inerente a tais explicações é bastante fraca: o agente fez o que fez por uma razão não significa que foi por uma boa razão. Tem caráter subjetivo no sentido em que a perspectiva tomada na racionalização é a perspectiva do agente: o que é fornecido são as razões do agente, razões que foram razões para o agente. (GLÜER, 2011, p. 155)

A função dessa razão é nos levar a ver "algo que o agente viu, ou pensou ter visto, em sua ação - alguma característica, consequência, ou aspecto da ação que o agente queria, desejava, valorizava, sustentava com apreço, pensava obedecer, ser benéfico, obrigatório ou agradável." (DAVIDSON, 1963, p. 3). E sua função seria alinhar o ouvinte com aquilo que o agente tinha em mente ao agir. Exibindo sua motivação e racionalidade através do par de crença-desejo, redescrivendo a ação do ponto de vista do agente, explicitando sua causa de forma objetiva. Para que os outros possam tomar essas razões como plausíveis é necessário:

que haja certa objetividade nessas razões: devem ser tais que “*qualquer um* que tivesse [essas razões] teria uma razão para agir dessa maneira” (DAVIDSON, 1975, 159, ênfase adicionada). Sem essa objetividade, ou validade intersubjetiva, às razões dadas, a perspectiva do agente não seria reconhecível como uma perspectiva para aqueles a quem a ação é explicada. (GLÜER, 2011, p. 155)

Assim, ele acredita que sempre que agimos há, subjacente à nossa ação, uma crença e desejo que a faz tomar forma, e a exibição dessa crença e/ou desejo que motivou a ação revela a razão pela qual agimos. Esse processo de *racionalização* é exigido dos agentes para que não sejam acusados de irracionalidade. A tentativa de Davidson através desse raciocínio é manter a estrutura de *sensu comum* para explicar o motivo de tais ações.

Quando perguntamos a alguém o porquê de ter agido como agiu, nós queremos que ele nos forneça uma interpretação. Seu comportamento parece estranho, alien, desconectado... ou talvez nem possamos reconhecer o que ele fez como uma ação. Quando aprendemos sua razão, nós temos uma interpretação, uma nova descrição do que ele fez, a qual se encaixa em uma imagem familiar. A imagem inclui algumas das crenças e atitudes do agente. Além disto, a redescrição de uma ação proporcionada por uma razão pode colocar a ação em um contexto social, econômico, linguístico ou avaliativo mais amplo. (DAVIDSON, 1963, p. 9-10)

Sua proposta é produzir uma defesa em forma de teoria que seja, ao mesmo tempo, causal

e explanatória da ação. Sua preocupação principal é encontrar “a relação entre a justificação de uma ação em função das razões e a explicação das ações em termos das causas e que as razões ao mesmo tempo justificam e causam as ações intencionais. (FERRERO, 2013, p. 75) Para tanto, Através da exposição dessa razão ele pode apresentar uma justificativa plausível para sua ação, que seja ao mesmo tempo explicativa, justificativa e objetiva.

Segundo Davidson (1963, p. 3-4), o que quer que alguém faça por uma razão pode ser caracterizada como: (a) como tendo algum tipo de pró atitude para ações de um certo tipo, e (b) acreditando (ou sabendo, percebendo, notando, lembrando) que sua ação é daquele tipo. Sob (a) devem ser incluídos desejos, vontades, impulsos, incitamentos e uma grande variedade de visões morais, princípios estéticos, preconceitos econômicos, convenções sociais, objetivos públicos e privados e valores na medida em que esses podem ser interpretados como atitudes de um agente dirigido para ações de um determinado tipo. Dentre as possíveis razões para uma ação, ele tem o cuidado de nomear *razão primária* o par de pró atitude mais crença que explica o porquê de o agente ter realizado uma ação, afirmando também que a *razão primária* de uma ação é sua causa. Essa preocupação se deve ao fato de que uma ação pode ser descrita de várias maneiras, e somente sob uma delas é que se pode dizer que a ação é intencional, e esta é a *razão primária*.

Se eu movo o interruptor da minha casa com a intenção de iluminar a sala é porque eu tenho a crença de que fazendo isso é possível iluminar o ambiente, e o desejo de que isso irá me ajudar a encontrar as chaves de casa, algum tipo de objeto perdido ou que simplesmente que não irei tropeçar ao entrar em casa. Se eu procurei tomar um copo d’água é porque eu tenho o desejo pelo alívio que o líquido pode me trazer, adicionada à crença de que se eu tomar uma determinada quantidade de água não irei mais sentir sede. O objetivo desses exemplos é nos conduzir a encontrar um desejo e/ou uma crença que preencha a necessidade de racionalização de uma determinada ação. Nessa direção está o trabalho de Donald Davidson. Inclusive, o exemplo do interruptor é dele.

No exemplo do interruptor, eu ligo o interruptor, ligo a luz e ilumino a sala. Quantas ações eu fiz ao mover o interruptor de lugar? A resposta de Davidson é que somente uma ação foi realizada, da qual temos as três descrições possíveis, acima mencionadas; imagine que além dessas e sem saber, também alerto um vagabundo para o fato de que eu estou em casa. Essa última ação é intencional? “De acordo com Davidson, o agente performou somente uma ação, o movimento do

dedo que era requerido para mudar o interruptor de posição.” (FERRERO, 2011, p. 76). Alertar o vagabundo é uma consequência não intencional da ação de mudar a posição do interruptor, se o agente for questionado a exibir a *razão primária* que o levou a alertar o vagabundo ele não será capaz de fazê-lo honestamente, dado que não estava ciente da presença do vagabundo em sua residência. Minha razão primária para fazê-la é meu desejo de ligar a luz, as *razões primárias* têm poder explanatório forte, sendo capazes de “explicar as ações particulares como nenhuma outra razão é capaz.” (GLÜER, 2011, p. 164). De outra forma, a conexão necessária entre a causa (razão primária) e o efeito (ação) seria perdida se aceitássemos como resposta as quatro possibilidades acima mencionadas. Segundo STOECKER (2010), ao falar em racionalização como explicação, queremos dizer que existe uma ligação forte entre ambas, uma relação de causalidade. Posto que cada ação pode ter somente uma causa, Davidson buscou reforçar seu argumento para evitar possíveis ambiguidades entre as razões primárias:

C1. R é uma razão primária pela qual um agente realizou a ação A sob a descrição d somente se R consiste em uma pró atitude do agente para a ação com certa propriedade, e uma crença do agente que A, sob a descrição d, tem aquela propriedade. (DAVIDSON, 1963, p. 5)

C2. Uma razão primária de uma ação é sua causa. (DAVIDSON, 1963, p. 12)

A ligação direta e necessária entre razões e ações é posta a partir deste ponto, conectando a primeira (razão) como causa direta da segunda (ação), no contexto de uma ação na qual há um propósito em sua realização e o agente está ciente do que faz, ou seja, uma ação intencional. Para tal:

Davidson visa mostrar que quando essa relação entre razões e ações se verifica – isto é, quando a razão de fato explica a ação – essa explicação é uma forma de explicação causal. Isto quer dizer que as razões explicam as ações na medida em que são as suas causas, ou melhor, é precisamente porque a razão é a causa da ação que esta pode ser explicada explicitando aquela. (CADILHA, 2006, p.138)

Assim, Davidson acredita que o que distingue uma ação é o fato de poder ser descrita (ou reescrita) de um ponto de vista intencional, para que isso aconteça é necessário recorrer a razão primária que a causou, colocando como a causa da ação o par de crenças e desejos enquanto esses são vistos como razões, e é o fato de ser causada por razões, que revelam seu caráter intencional,

que distingue uma ação de outros eventos no mundo. Davidson (1963, p.6) aponta que “a intenção de uma ação somente pode ser inferida a partir da exibição da razão primária que lhe é causa”. Ela consiste em uma descrição intencional de um evento, apresentando como traço característico o fato de a "justificação e explicação de uma ação estarem frequentemente de mãos dadas, com frequência indicamos a razão primária para uma ação por afirmar que, se verdadeira, deve também verificar, sustentar ou suportar a crença ou atitude relevante do agente” (DAVIDSON, 1963, p. 8).

Ele acredita que há força em sua argumentação, sustentando que ela consegue manter a estrutura da psicologia de senso comum e explicar o que é uma ação, como ela acontece e demonstrar que está em uma relação de causação mental, na qual uma razão ou crença é o motor/causa da ação. Dentro do contexto de uma ação intencional, a razão exerce uma determinação causal na ação e serve de justificativa a partir do conceito de *racionalização*. “A razão primária racionaliza a ação em virtude da relação lógica entre o conteúdo de seus componentes: a crença e a pró-atitude pode ser tomadas como premissas de um silogismo prático, do qual se pode inferir dedutivamente que a ação tem alguma característica desejável.” (DAVIDSON, 1963, p. 9). Como exemplo desse silogismo prático temos que, a partir da premissa maior, "Qualquer ato meu que resulte na iluminação da sala tem uma característica desejável", e a premissa menor, "Esta ação" resultará na iluminação da sala", pode-se deduzir como conclusão, "Esta ação" tem uma característica desejável". (FERRERO, 2013, p. 78). No entanto, esse não é o entendimento de Davidson tem do silogismo prático. Para ele, o silogismo prático desse tipo é parte da análise do conceito da razão com a qual se age, acreditando que se deve tomá-lo como uma estrutura que auxilia a ponderação de razões (Cf. DAVIDSON, 1963, fn. 4) e ainda critica Aristóteles e Anscombe por acreditar que a ação é o resultado desse raciocínio prático e afirmar que a ação não tem simplesmente uma característica da desejabilidade, mas é desejável em si mesma, como resultado e como fim teleológico.

A razão primária tem ainda outra a função, a saber, de servir como atalho de uma série de outras possíveis razões da ação que não precisam ser mencionadas, fazendo com que na prática diária não seja comum que ocorram essas menções.

Quando tais menções racionalizam a ação, não é necessário classificar e analisar uma grande variedade de emoções, sentimentos, humores, motivos, paixões e apetites cuja menção pode responder à questão, ‘Por que você fez isto?’ para ver

como uma razão primária está envolvida... Isto serve ao argumento também que o fim desejado explica a ação apenas se isto seja o que o agente acredita como um meio desejado. (DAVIDSON, 1963, p. 16)

Ao ouvirmos um relato sobre um crime é comum que a descrição mencione a *razão primária* da ação que é aquela da qual podemos fazer uma série de deduções sobre o motivo (causa da ação) sem a necessidade de maiores explicações. Como no exemplo a seguir: “O ciúme é o motivo de um envenenamento porque, entre outras coisas, o envenenador acredita que sua ação prejudicará seu rival, pode remover a causa de sua agonia, ou reparar uma injustiça, e estes são os tipos de coisas que o homem ciumento quer fazer.” (DAVIDSON, 1963, p. 16)

Em seu argumento, ele afirma que para saber qual é a intenção de uma determinada ação é preciso "saber a razão primária pela qual alguém agiu como agiu é saber a intenção com a qual a ação foi feita [...] mas saber a intenção não é necessariamente saber a razão primária em todos os detalhes." (DAVIDSON, 1963, p. 16) Desta forma, a razão primária conteria em si a intenção, mas a intenção não conteria a razão primária. E isso nos leva a um problema, porque para Davidson a intenção é um termo que não se refere a nada, ou seja, é sincategoremático. Ao usarmos uma expressão como: “a intenção com a qual James foi à igreja” tem a forma externa de uma descrição, mas na verdade, é sincategoremático e não pode ser usado para se referir a uma entidade, estado, disposição ou evento.” (DAVIDSON, 1963, p. 16) A expressão ‘com a intenção de’ é usada como complemento de uma sentença somente para ampliar o entendimento e assim “gerar novas descrições de ações em termos de suas razões; Dessa maneira, "James foi à igreja com a intenção de agradar a sua mãe" produz uma descrição nova e mais completa da ação descrita em 'James foi à igreja'.” (DAVIDSON, 1963, p. 16) A referência adequada à razão da ação de James seria a crença de que sua mãe ficaria feliz com sua presença na igreja e o desejo de James de agradá-la. Retornando à ideia de que ele tinha uma razão para fazer o que fez e que foi exibida pelo par de crença-desejo, mas o importante é que a “relação central entre uma razão e uma ação é a ideia que o agente realizou a ação porque tinha a razão para tal.” (DAVIDSON, 1963, p. 18) A intenção aqui não possui nenhum papel na causa ou explicativo da ação, “acreditando que somente a ação intencional é suficiente para fornecer uma explicação completa da ação.” (RUI, 2018, p. 182)

3.1 A mudança ocorrida em 1969

No texto de 1969, *How is Weakness of the Will Possible?* Davidson muda sua linha argumentativa, passando a não aceitar mais o modelo anterior da razão primária como causa direta da ação. Ele percebe que esse modelo é considerado mecânico e simplista, por não levar em consideração uma visão geral do raciocínio prático como elemento inicial na escolha das razões para as ações. Dentro dessa perspectiva, o que ocorre na vida cotidiana é que o agente tem uma quantidade diversa de razões para uma ação particular, podendo escolher entre elas, e dentro desse espectro geralmente também existem razões contra essa ação particular. Desta forma, “um agente poderia ter muitas razões primárias que separadas poderiam ser suficientes para racionalizar a ação,” (FERRERO, 2013, p. 78) mas o agente constrói juízos e seu raciocínio é articulado, fazendo com que Davidson tenha que mudar sua abordagem em relação à ARC.

Aristóteles afirmava que “o silogismo prático era uma dedução simples e sua conclusão era a ação. As premissas desse raciocínio eram crenças e desejos, e não agir de acordo com estas razões seria, portanto, um exemplo de recorrência à irracionalidade” (Cf. GLÜER, 2011, p. 197). A ação, além de ser a conclusão deste silogismo prático, é vista como desejável em si mesma. Davidson compra o espírito dessa ideia, abraçando o silogismo prático, com a diferença de que ele deve ser tomado como uma estrutura que auxilia a ponderação de razões, construindo um novo modelo de raciocínio prático, servindo como ponto de partida para o raciocínio prático e não mais como um fim em si mesmo, como era antes. A ação é vista como resultado de uma decisão feita pelo agente entre as diversas opções disponíveis, representando “um julgamento avaliativo sobre os méritos relativos de uma pluralidade de ações (possíveis)” (GLÜER, 2011, p. 197).

Desse modo, se pensamos o julgamento sobre a ação a partir da perspectiva do raciocínio prático, aos moldes aristotélicos, seria possível que após o processo de pesar razões contra e a favor de uma ação particular houvesse contradições entre as conclusões. Um exemplo famoso de Davidson é o desejo de comer algo doce, supomos que qualquer ação particular que satisfaça esse desejo é desejável em si mesma. No entanto, ele descobre a existência de um pedaço de bolo de chocolate na geladeira, mas existe uma nota sobre a caixa: Está envenenado, não coma. Nesse caso

ele teria duas conclusões sobre a desejabilidade da ação referente aquele pedaço de doce envenenado. A primeira que a ação de comer aquele pedaço de bolo de chocolate é desejável, a segunda que comer aquele pedaço de bolo de chocolate envenenado não é desejável. Logo, temos duas conclusões sobre a mesma ação que, se tomadas em conjunto, são contraditórias. Elas são baseadas em duas razões primárias diferentes que se instanciaram sobre a mesma ação particular: de comer e não comer aquele pedaço de bolo envenenado.

A conclusão que Davidson chega é que este tipo de raciocínio prático não consegue dar conta da complexidade da relação entre as razões primárias e a ação, necessitando de uma revisão, seu objetivo passa a ser o de construir um “modelo de raciocínio prático revisado que conclua com um julgamento avaliativo de desejabilidade, representando uma intenção e não uma ação” (GLÜER, 2011, p. 199). Alterando o foco do raciocínio prático da ação para a intenção, o julgamento avaliativo de desejabilidade distingue-os, “segundo essa visão, uma ação intencional corresponde a uma proposição avaliativa “incondicional” ... de que minha ação é desejável”. (RUI, 2018, p. 181).

O problema dessa questão repousa sobre a ideia de que esse raciocínio é construído sobre juízos condicionais quantificados universalmente. Enquanto na perspectiva aristotélica a ação é construída como desejável em si mesma, para Davidson, temos a construção desses “desejos como julgamentos “condicionais” de um certo tipo” (GLÜER, 2011, p. 200) baseada em razões. Ele abandona o par de crença/desejo como dando origem a uma razão primária para que essa combinação dê origem a um juízo condicional avaliativo sobre a desejabilidade de uma ação particular. Para tal, procura auxílio na filosofia moral, encontrando o conceito de “julgamentos *prima facie*”.

3.2 A questão da *Akrasia* em Davidson

Antes de prosseguirmos, precisamos entender o motivo que levou Davidson a explorar a questão da ação *Akrática*²⁶ e como ele tenta resolver esse problema e avança no argumento da ação

²⁶ Um agente comete *Akrasia* quando age de forma livre e intencional contra o seu melhor julgamento.

intencional. Davidson oferece uma caracterização geral do que é uma ação akrática no texto mencionado (1969): Ao fazer *b*, um agente age incontinentemente se, e somente se:

- (a) o agente faz *b* intencionalmente;
- (b) o agente acredita que existe uma ação alternativa *a* ele aberta; e
- (c) o agente julga que, considerando tudo (*all things considered*), seria melhor fazer *a* do que fazer *b*. (DAVIDSON, 1969, p. 22)

Stroud afirma que os critérios que Davidson utiliza parecem garantir a visão clássica de ação akrática que descrevemos brevemente acima, e suas três condições:

- (a) requerem que a ação em questão seja intencional.
- (b) parece pretender assegurar que a ação em questão seja livre.
- (c) da definição de Davidson representa o que chamamos de “melhor julgamento” do agente, ou seja, a avaliação geral de suas opções contrárias às quais o agente incontinente age. (STROUD, 2014)

Davidson articula dois princípios dos quais ele acredita que derivam de uma visão persuasiva da natureza da ação intencional e raciocínio prático:

P1. Se um agente quer fazer *a* mais do que ele quer fazer *b* e ele acredita que está livre para fazer *a* ou *b*, então ele intencionalmente fará *a* se ele fizer *a* ou *b* intencionalmente.

P2. Se um agente julgar que seria melhor fazer *a* do que fazer *b*, ele quer fazer mais *a* do que quer fazer *b*.

Davidson afirma então que P2 “conecta juízos sobre o que é melhor fazer com motivação ou querer” (DAVIDSON, 1969 p. 23); é possível perceber que em P2 temos o início do que será a articulação do argumento para que as razões das crenças e desejos venham a servir de base como elementos de avaliação e definição das ações, não mais como causa direta e utilizando a racionalização como era antes; com isso está aberto o espaço para que elas sejam utilizadas como um elemento da razão prática através do silogismo prático. Mesmo que a conjunção de P1 com P2 implique a impossibilidade da ação incontinente, dado a visão clássica aristotélica, isto não ocorre na forma definida por Davidson. Existe um artifício na sua definição em c) o agente julga que,

considerando tudo (*all things considered*), seria melhor fazer *a* do que fazer *b* que impossibilita a conclusão à la Aristóteles. Precisamos entender como é possível através dela permitir a ação Akrática e o que significa a expressão “considerando tudo” (*all things considered*):

essa frase marca um contraste importante na forma lógica a qual precisamos estar atentos em qualquer caso para entender corretamente a estrutura do raciocínio prático. Pois essa frase indica um julgamento que é condicional ou relacional em vez de total (all-out) ou incondicional na forma; e essa diferença é crucial. (Stroud, 2014)

De um modo geral, Davidson irá utilizar daqui em diante três tipos de julgamentos em seu argumento: 1) *Prima facie* 2) *All Things considered* 3) *All-out*. Para entender melhor o papel de cada um e como se aplicam, vamos dar uma explicação sobre eles. Isso se faz importante porque essa é a segunda fase da explicação sobre as ações intencionais e esses conceitos servirão como a melhor chave de leitura possível para compreensão da Teoria da Ação em Davidson.

1) *Prima facie* são julgamentos relacionais por excelência que envolvem variáveis simples.

Em geral, são aqueles em que comparamos *a* com *b* de forma relacional e com as informações que dispomos no momento. Em tradução literal de *prima facie* seria algo como “à primeira vista”, caracterizando o tipo de julgamento realizado pelo agente no qual na maior parte das vezes utiliza apenas o mínimo necessário para que possa escolher entre uma ou outra opção ou quando ele lida com casos similares ao que se apresenta diante dele, e apenas uma batida de olho nas suas opções é suficiente para que um julgamento se complete. “Formalmente, ‘*prima facie*’ é construído como um conectivo sentencial, mais precisamente, ele opera em pares de sentenças como ‘se então’: “O conceito da primazia [...] relaciona proposições”. (GLÜER, 2011, p. 200) As opções relacionadas podem ou não ser incompatíveis entre si, no caso do doce envenenado temos duas razões para a mesma ação, uma a favor e outra contra, derivando daí a necessidade da escolha entre as opções e constituindo esse momento como o ponto de partida do raciocínio prático.

Podemos ver melhor o caráter relacional de um julgamento que considera tudo (*all things considered*), se primeiro olharmos para julgamentos avaliativos que desempenham um papel importante em uma fase anterior (inicial) do raciocínio prático, a fase em que consideramos quais razões ou considerações favorecem a

realização de um e quais motivos ou considerações favorecem fazer *b*. (Stroud, 2014)

Davidson apresenta os juízos *prima facie* como abaixo:

PF: À luz de *r*, *a* é *prima facie* melhor que *b*.

Nesse esquema, *r* refere-se a uma consideração relacional, neste caso sobre o preço de um produto, digamos que *b* seria caro, enquanto *a* seria barato. Um julgamento do tipo PF identifica um aspecto relacional em que *a* é considerado superior a *b*, no qual as duas opções são avaliadas e uma delas se sobressai em um determinado aspecto. Três coisas são dignas de nota sobre os juízos PF²⁷:

(a) Um julgamento PF não é em si uma conclusão a favor da superioridade geral de *a*, em relação à *b*, nem deve ser entendido dessa forma, dado que o juízo *prima facie* é sempre circunstancial.²⁸

(b) De fato, nenhuma conclusão da forma AO segue logicamente de qualquer julgamento da PF.

(c) Mais fortemente: o fato, por si só, de que alguém tenha feito um certo julgamento PF nem sequer lhe fornece motivos suficientes para tirar a correspondente conclusão da AO.²⁹

Ele se diferencia de um julgamento avaliativo “completo” (*all-out*) que têm uma forma lógica mais simples, a saber: AO (*all-out*): *a* é melhor do que *b*. O ponto mais importante é que qualquer passagem do argumento que tente extrapolar os limites do juízo *prima facie* para uma conclusão *all-out* é um equívoco lógico, não há nenhuma base para isto, nem devemos entender os julgamentos da PF como tendo a forma de condicional material, porque não tem. Dessa forma:

Qualquer conclusão retirada de um juízo *prima facie* é ele mesmo um juízo *prima facie*: O juízo de desajustabilidade não pode ser separado das razões dadas por ele. A

²⁷ PF será utilizado como referência à *Prima facie*.

²⁸ Ele se diferencia de um julgamento avaliativo “completos” (*all-out*) que têm uma forma lógica mais simples, a saber: AO (*all-out*): *a* é melhor do que *b*.

²⁹ Estes três pontos são levantados por (STROUD, 2014).

conclusão sempre é uma conclusão tendo como resultado que uma ação é desejável por certas razões – nunca uma conclusão tendo como resultado que uma ação é simplesmente desejável. (GLÜER, 2011, p. 200)

Isso irá permitir que tenhamos ações que suportam juízos de deseabilidade que sejam a favor e contra aquela ação sem cair em contradição. Seria possível para o agente fazer um novo julgamento com a forma PF na qual ao invés de favorecer *a* ele venha a favorecer *b*. Digamos que existe outro aspecto circunstancial de *b* que também é interessante e quando comparado a *a*, tornando *b* sob esta circunstância mais vantajoso, levando a um novo julgamento que *b* é PF melhor que *a*. Se *b* é um alimento mais saboroso, mas não é saudável, e *a* é um alimento saudável, mas nem um pouco saboroso. Quando a comparação é feita entre a relação circunstancial que envolve o sabor, temos a vantagem PF de *b*, quando a comparação é feita acerca de ser um alimento saudável, a vantagem passa para *a*. “Não queremos dizer, neste caso, que o agente tenha motivos suficientes para extrair cada uma das duas conclusões incompatíveis (que *a* é melhor que *b* e que *b* é melhor que *a*; estas são incompatíveis desde que a relação melhor-do-que seja assimétrica)” (STROUD, 2014) e relacional.

A conclusão é que não chegamos a uma contradição lógica, mas a uma espécie de contradição prática que traz problemas ao agente na hora de decidir o que fazer ou o que escolher, permitindo a opção pela ação Akrática. “A sugestão inovadora de Davidson é que os julgamentos com essa forma lógica de PF são uma maneira apropriada de modelar o que acontece nos estágios iniciais do raciocínio prático, em que nós ensaiamos as razões a favor e contra as opções que estamos considerando.” (STROUD, 2014). Dessa forma, o agente está pensando opções para realizar escolhas, mesmo que o agente tenha diversos julgamentos *prima facie* sobre algo, quando são pesados de forma isolada não levam a uma conclusão global do tipo AO em que *a* é melhor do que *b* ou que *b* é melhor que *a*.

Isso nos leva à segunda forma de juízo proposta por Davidson. 2) juízo considerando tudo (*all thing considered*). Como argumentamos, os juízos *prima facie* cumprem a função de iniciar o raciocínio prático através da ponderação entre razões, no entanto esses juízos podem se acumular com cada um deles indicando uma relação circunstancial e apontar ora para um aspecto da opção ora para outro como melhor em cada relação quando são vistos sob perspectivas distintas. No exemplo acima, a opção *b* é mais cara que *a*, mas *b* é mais saborosa que *a*, podemos adicionar que o lugar que vende *b* é mais longe que o que vende *a* e prosseguir com o raciocínio até o agente considerar que é

suficiente. Ao atingir esse ponto, ele irá realizar um novo juízo a favor de a ou de b , mas este novo juízo não tem mais a forma do juízo *prima facie*, é agora um juízo “considerando tudo” (ATC). “Um juízo ATC é aquele que o agente alcançou levando em consideração todas as razões relevantes conhecidas, mesmo um juízo ATC permanece *prima facie*.” (GLÜER, 2011, p. 201) Apresentando a forma a seguir:

PFN: À luz de $\langle r^l, \dots, m \rangle$, a é *prima facie* melhor que b .

O que devemos perceber na notação acima é a manutenção da forma relacional, pois ela assume que a é *prima facie* melhor que b , com a diferença que existe um conjunto de considerações circunstanciais *prima facie* que levam a essa conclusão e não apenas uma única relação como era antes. Ela não permite que a extração de nenhuma visão geral de que a é melhor que b . Seguindo Davidson (1969 p. 38), ao nomear de e esse conjunto, apresentado da seguinte forma:

ATC: À luz de e , a é *prima facie* melhor que b .

Uma analogia com um conhecimento teórico deixaria mais claro que a conclusão que o ATC chega não é absoluta como prevê a AO (*all-out*). É comum que o raciocínio prático seja “frequentemente caracterizado como um raciocínio empreendido para determinar o que fazer. Essa descrição pretende contrastá-lo com o raciocínio teórico, que muitas vezes é concebido como um raciocínio empreendido para determinar o que é o caso [...]” (AUDI, 1982, p. 26)

Imagine um assassinato e todo o processo de investigação, as evidências são recolhidas: a arma do crime, o corpo e duas impressões digitais que pertencem a mesma pessoa. Os investigadores descobrem que a arma está registrada em nome de um de seus colegas de trabalho, Herculano, e suas digitais conferem com as da cena do crime. Ele é conhecido por perder a cabeça fácil, mas ele tem um alibi forte, estava num clube tomando algumas cervejas no horário aproximado do crime. À primeira vista, *prima facie*, ele parece culpado por seu temperamento explosivo e a arma encontrada no local com suas digitais. Somente num segundo momento, a verificação do alibi, a investigação revelará um novo juízo *prima facie* no qual ele não parece mais ser culpado. Nesse momento, os investigadores têm juízos *prima facie* em mãos, um no qual o Herculano parece culpado e outro no qual ele não parece culpado, a investigação continua e novas pistas são adicionadas ao caso. Ao final, os investigadores precisarão somar todos os juízos *prima facie* que foram capazes de produzir até o momento e a forma do raciocínio deles é semelhante a que apresentamos acima:

PFN: À luz de $\langle e', \dots, en \rangle$, Herculano parece culpado.

Mesmo que a relação dele com a cena do crime não seja direta, ele ainda parece culpado, por ter mais indícios de culpa do que de inocência, mas isso não é suficiente para que ele seja considerado culpado de cometer o crime, novas evidências encontradas teriam de ser adquiridas para provar sua culpa. O juízo acima é uma conjunção de todas as informações adquiridas sobre a culpa de Herculano reunidas e sumarizadas, apontando-o como culpado, mas não concluindo de uma vez por todas sua culpa. A forma do juízo PFN e ATC ainda é relacional e difere de um juízo AO (*all-out*). E é usando este artifício dos juízos avaliativos mencionados acima que Davidson responde ao problema da ação akrática.

Pois o ATC é, precisamente, *o melhor julgamento do agente* como Davidson o constrói em sua definição de ação incontinente. P1 e P2 juntos implicam que um agente que chega a uma conclusão AO em favor de *a* não fará intencionalmente *b*. Mas o agente incontinente nunca chega a uma conclusão do tipo AO (*all-out*)... Ele faz um julgamento ATC relacional a favor de *a*, contrário do qual ele então age. (STROUD, 2014)

O problema aqui é que a ação do agente incontinente viola o princípio da continência que nos diz para: “performar a ação que julgamos como a melhor sobre a base de todas as razões relevantes que estão disponíveis.” (DAVIDSON, 1969, p. 41) Desse modo, transforma sua ação que anteriormente era vista como racional, sua melhor opção, agora passando a ser considerada irracional pela violação do princípio da continência. Para Davidson, a ação se mantém intencional, o agente que faz, a faz por uma razão, mas falta o discernimento de que a sua ação não é baseada em um juízo que “considera tudo” AO (*all-out*), ela é baseada em um juízo ATC que é necessariamente relacional. O que temos como consequência disso é que o agente não entra em contradição consigo mesmo enquanto age, pela natureza da razão relacional na qual ele baseou sua ação não ser uma razão incondicional de fato.

No entanto, esse tratamento que Davidson dispensa ao raciocínio prático ainda é uma articulação que leva em consideração as razões da ação pensadas como premissas, nas quais, o par de crenças e desejos estão articulados na forma de silogismo prático, formulando juízos. “Ele funciona com dois tipos básicos de pró-attitudes: Por um lado, existem os desejos em todas as suas

variedades. Esses são construídos como juízos *prima facie* de desejabilidade. Por outro lado, existem as intenções. Essas são construídas como juízos AO (*all-out*) de desejabilidade.” (GLÜER, 2011, p. 202). Se examinarmos com mais cuidado a passagem em que Davidson descreve o processo do raciocínio prático podemos encontrar o significado do Juízo ‘ATC’: “A frase ‘todas as coisas consideradas’ deve, é claro, referir-se apenas a coisas que o agente conhece, acredita ou mantém, a *soma* de seus princípios, opiniões, atitudes e desejos relevantes.” (DAVIDSON, 1969, p. 40)

3.3 A articulação de Davidson, a desejabilidade e a Teoria da ação

Essa passagem evidencia textualmente que Davidson ainda utiliza a analítica da Teoria da Decisão, colocando o raciocínio prático em termos de um somatório das atitudes e crenças relevantes do agente, da mesma forma como se propôs Savage em sua equação da Utilidade Esperada. Os princípios e opiniões, dizem respeito ao caráter epistêmico (crenças) do agente, as atitudes e desejos dizem respeito ao caráter motivacional da ação, formando as premissas do raciocínio prático utilizando a mesma estrutura que a Teoria da Decisão apresenta de forma axiomática. Um pouco mais adiante, ele apresenta a forma textual deste raciocínio, “um homem julgar que *a* é melhor que *b* com base em que *r*, e ainda não julgar que *a* é melhor que *b*, quando *r* é a *soma* de tudo o que lhe parece relevante.” (DAVIDSON, 1969, p. 40). Reafirmando, como fez na passagem anterior, que o somatório das razões (crenças e desejos) ocupam a posição de premissas no raciocínio prático que irá conduzir a uma conclusão sobre a desejabilidade de uma possível ação. Embora tenha chegado a esses resultados, Davidson sente a necessidade de dizer mais sobre o tema das intenções, escrevendo em 1978 um artigo chamado *Intending*, no qual

formula uma nova posição que torna a intenção direcionada para o futuro, fundamental. Isso o leva a adotar uma visão da intenção como uma entidade mental, uma que pode existir, independentemente de qualquer ação em direção à sua realização. Seu veredicto é que uma intenção é um "julgamento total" em favor de uma determinada ação, embora essa ação não precise acontecer. (CONRADIE, 2014, p. 59)

Para Davidson, a intenção direcionada ao futuro é aquela na qual não há a ação singular relacionada. Seu argumento consiste em esvaziar a importância da ação, sua ocorrência ou não se

torna irrelevante, e focar no processo de decisão racional. Para isso, ele retoma o uso do conceito de desejabilidade utilizado na Teoria da Decisão e que vimos no capítulo 1. Agora, sua função dentro da filosofia de Davidson é de servir como critério do raciocínio prático para a escolha da possível ação em questão. Isto é suportado pela ideia que “uma intenção não pode singularizar (*single out*) uma ação específica em um sentido inteligível, uma vez que é direcionada para o futuro. (DAVIDSON, 1978, p. 99) Ao apresentar a intenção como um julgamento racional e defini-la como “apenas um julgamento de que uma ação de certo tipo é desejável não apenas por uma ou outra razão [...] mas à luz de todas as minhas razões; um julgamento como este não é um mero desejo, é uma intenção.” (DAVIDSON, 1978, p. 101) A intenção em Davidson apresenta o mesmo processo de raciocínio e pressupostos da Teoria da Decisão de Savage, centrada na busca do juízo de desejabilidade que melhor se adequa a possível ação escolhida. E quando se trata das intenções direcionadas ao futuro, que é o caso do artigo *Intending*, ele retira o peso da existência da possível ação como relevante dentro do processo de escolha, estando em consonância com a Definição 2 de Savage sobre a nulidade do evento (ação) neste processo. Ele termina por tratar a intenção como o resultado do raciocínio prático de pesar as crenças e desejos do agente visando atingir o juízo avaliativo adequado de desejabilidade que é independente da ação existir ou não.

O conceito de desejabilidade passa a figurar como uma propriedade fundamental do raciocínio prático para Davidson. Sendo a característica que a conclusão do raciocínio prático deve possuir para ser eleita como escolhida dentre as opções disponíveis, à luz das crenças e desejos do agente. Esta escolha é racional, “Davidson não dá crédito à ideia de intenções que são formadas sem esse processo de raciocínio, mesmo que ocorra em um nível que só é claro quando analisado retrospectivamente” (CONRADIE, 2014, p. 77) e o juízo de desejabilidade

assume o papel da justificação e explanação da ação intencional que era inicialmente atribuída a razão primária [...] De modo que o par crença/pro-atitude ainda contribui para a justificação e explanação, mas somente indiretamente, como input do raciocínio prático e se forem o resultado de um julgamento total AO, determinam as descrições sob as quais a ação é intencional. (O ATC e os julgamentos totais não fornecem suas próprias descrições, mas as herdaram do julgamento *prima facie*.)” (FERRERO, 2013, p. 83)

Devendo ser descartado qualquer desejo (*wish*)³⁰ que seja inconsistente com as crenças do agente. As crenças representam um papel importante para a intenção, “essa crença não faz parte da intenção (de alguém), mas uma suposição sem a qual eu não teria uma intenção. Embora a intenção não seja condicional em sua forma; a sua existência é condicionada pelas crenças do agente” (DAVIDSON, 1978, p. 100). Essa subordinação irá evitar que o agente recaia em irracionalidade, não permitindo a ele algo como mencionamos acima: ter uma ação que é ao mesmo tempo desejável e não desejável, dado que o foco não é na ação, mas na desejabilidade do julgamento. A subordinação das intenções direcionadas ao futuro as crenças é um recurso que Davidson utiliza para dar algum contexto racional as possíveis ações que estão sob avaliação, evitando, em último caso, contradições práticas.

Dessa maneira, “a intenção assume, mas não contém uma referência a uma certa visão do futuro” (DAVIDSON, 1978, p. 100) que pode ser modificada a qualquer momento, revisibilidade, através da mudança de crenças ou acontecimentos no mundo. Essa revisibilidade da intenção é colocada dentro dos limites daquilo que o agente sabe, ou seja, existe uma condição epistêmica (crença) para a possibilidade da existência da intenção. “Uma intenção presente com respeito ao futuro é ela mesma uma espécie de relatório provisório: dado aquilo que o agente sabe e acredita, este é o seu julgamento do tipo de ação é desejável” (Cf. DAVIDSON, 1978, p. 100). Podemos concluir que para Davidson a intenção é o resultado de um julgamento de desejabilidade racional voltado a um certo tipo de ação, que pode vir a ocorrer ou não, e está subordinada as crenças do agente.

³⁰ Mero desejo deve ser aqui entendido como a palavra inglesa ‘wish’ significando um desejo num sentido fraco e mais próximo de ‘want’. Por isso não se deve concluir que intenções correspondem a desejos no sentido de ‘wish’.

4 A RACIONALIDADE LIMITADA

Em 1983, Herbert Simon escreve sobre o conceito de *racionalidade limitada*. Os *insights* de Simon são o ponto de partida para Bratman pensar em um novo papel para a intenção, portanto, é necessário conhecer o programa de pesquisa em que ele está inserido para contextualização do seu trabalho. A questão da agência humana é hoje uma das mais exploradas e mais difíceis já enfrentadas. Saber como tomamos decisões e usamos a nossa razão é um desafio enfrentado pelas melhores mentes em todos os tempos. Um de seus fenômenos mais intrigantes é compreender o porquê de fazermos o que fazemos. O que nos leva diretamente ao problema da racionalidade da ação e por que agimos como agimos? Essas questões recebem esse tratamento devido a uma tradição filosófica que atribui racionalidade ao homem e por consequência suas ações devem herdar esse traço, sob pena do agente ser acusado do maior dos erros enquanto agente, o irracionalismo. O que descobrimos com o passar do tempo é que ser racional, no sentido clássico, é muito difícil. Vejamos o exemplo abaixo, conhecido como o caso de Buridan.

O caso original atribuído a ele consiste em um experimento mental de imaginar um burro, o animal, apresentado a duas pilhas de feno igualmente atraentes. Na falta de critério para escolher entre uma ou outra pilha, ele simplesmente ficaria paralisado e morreria de fome. Essa é uma situação que pode soar absurda à primeira vista, mas a metáfora vale o raciocínio. O que esta metáfora representa é uma situação de equidesejabilidade, quando possuímos duas opções diferentes e elas são igualmente atrativas, não havendo nenhuma razão para escolher entre uma ou outra, isso teria como consequência a paralisia do indivíduo perante aquela escolha. Com esse raciocínio, ele está dialogando com tradição da Teoria da Decisão que coloca todo o peso das escolhas na ponderação de desejos como causadores da ação.

Richard Holton descreve um caso semelhante. (HOLTON, 2011, p. 158) Ele nos apresenta o Yuri, que é ao mesmo tempo apaixonado por duas belas moças, Tônia e Lara. Quando ele está com Tônia, sente-se profundamente envolvido por ela. Acredita que ela é o amor de sua vida, comporta-se de acordo, e acha que ela deveria ser a sua escolhida para uma vida próspera e feliz. Infelizmente para Yuri, ele se sente da mesma forma quando está com Lara. E esse é um problema do qual burro nenhum pode escapar. O problema da escolha de Yuri está naquilo que ele usará como critério para a ação, se o único critério disponível for o curso de ação mais desejável, ele estará em maus lençóis. Yuri terá que lidar com isso da mesma forma que nós lidamos com problemas semelhantes de vez em quando, precisando recorrer a outras formas de pesar a situação e fazer sua escolha, deixando o critério da desejabilidade de lado. Uma forma de lidar seria uma avaliação completa da situação.

Talvez, a avaliação da situação pode ser feita ponto a ponto, pesando cada uma das razões até chegar a um resultado através de um processo contabilístico. É como se a cada uma das possibilidades ou razões a que temos acesso, atribuíssemos um peso, restando-nos realizar a contabilidade das razões, para só então tomarmos uma decisão. Se formulássemos uma estrutura nesse processo de avaliação, ela seria muito próxima da seguinte:

- (i) a listagem de todos os comportamentos alternativos possíveis;
- (ii) a determinação de todas as consequências que se seguirão, no futuro, à adoção de cada uma dessas alternativas (de maneira determinista ou sob a forma de distribuição de probabilidades);

- (iii) a comparação das alternativas, que devem ser avaliadas pelos conjuntos de consequências que se seguem a cada uma delas, de acordo com os fins pré-estabelecidos (utilidade, lucro ou outra função especificada). (BARROS, 2007, p. 3)

Um fato sobre o conceito de racionalidade limitada é que ele não é propositivo, não apresenta ideias e definições sobre si mesmo, podemos afirmar que toda a discussão sobre a racionalidade limitada apresenta um escopo negativo. Isso se deve ao fato dela surgir como uma crítica ao padrão da *Teoria da Decisão* que era o paradigma do modelo de racionalidade na teoria decisória quando se começa a discutir sobre racionalidade limitada. Dentro da *Teoria da Decisão* o modelo de racionalidade plena o “agente econômico é retratado como maximizador bayesiano da utilidade subjetiva, totalmente racional” (SELTEN, 1999, p. 2). Assumiam como pressupostos a capacidade do agente de contabilizar a utilidade subjetiva e a probabilidade subjetiva, que traduzia suas preferências em axiomas, com a finalidade de potencializar suas escolhas, maximizando os resultados obtidos. “Se as preferências de um indivíduo são satisfeitas por esses axiomas, então tais preferências podem ser representadas por uma única função de utilidade, que permite a obtenção de um nível de utilidade para todas as consequências, e por uma única função de probabilidade.” (MELO, 2016, p. 626). As preferências do agente devem ser traduzidas em funções operativas para que possam entrar nesse quadro matematizador e serem incorporadas à sua função de utilidade. Desse modo, suas preferências passam a ser traduzidas unicamente como os resultados maximizados que sua função de utilidade pode apresentar, ancoradas em sua capacidade contabilista. Assim, o agente seria capaz de compreender “as consequências de cada uma das estratégias de escolha disponíveis, pelo menos até ao ponto de ser capaz de atribuir uma distribuição de probabilidade conjunta de estados futuros do mundo.” (SIMON, 1983, p. 13)

A principal crítica da racionalidade limitada neste modelo, é que ele pressupõe uma otimização exagerada das nossas capacidades computacionais. Esse modelo tão avançado e capaz foge das possibilidades humanas. Talvez apenas um supercomputador pudesse realizar o modelo proposto pela Teoria da Decisão. No mundo real, com pessoas reais, esse tipo de especialização e a utilização da função de utilidade não se parece com o processo de tomada de decisão que temos de lidar todos os dias. Mesmo se pensarmos em situações reduzidas, com uma quantidade pequena

de variáveis, esse tipo de computabilidade sugerida pela Teoria da Decisão parece estar fora da nossa capacidade.

Isso se deve ao fato de que as avaliações quantitativas são um problema para a mente do agente, ao contrário, as avaliações qualitativas se mostram muito mais agradáveis. A “psicologia mostra que nós somos muito mais felizes em fazer julgamentos de probabilidade qualitativa do que dar aos nossos julgamentos valores numéricos, mesmo que vagos” (Cf. BUDESCU, 1995). O raciocínio, seguindo essa linha, “é que os seres humanos não têm fatos, estrutura consistente de valores, nem poder de raciocínio a sua disposição que seria necessário, mesmo em situações relativamente simples, para aplicar os princípios do USE. “ (SIMON, 1983, p. 17) Seguindo este raciocínio, Gigerenzer cita um experimento em que são relacionados dois fatores, um epistêmico (informacional) e outro sobre a confiança sobre a informação anterior. (GIGENRENZER, 2008, p. 13-15). Esse experimento consiste em fazer duas perguntas aos participantes:

1. Qual a cidade fica mais ao norte – Nova York ou Roma?
2. Quão confiante você está de sua resposta?

As opções de resposta para a segunda pergunta eram de: 50/60/70/80/90/100 por cento. Em média, os participantes que responderam que estavam 100 por cento confiantes, acertaram 80 por cento; os que afirmaram 90 por cento de certeza estavam 75 por cento corretos e assim por diante. Esse parece um exemplo claro de que a avaliação de um conteúdo de maneira numérica (quantitativa) varia muito e nossa capacidade para tais tarefas passa longe da perfeição pregada pelo modelo da Teoria da Decisão. “A forma de avaliação de um conteúdo numérica e probabilisticamente é frequentemente catastrófica. Ignora muitas variáveis e muda de acordo com a forma que a informação é apresentada.” (Cf. KAHNEMAN, 1973) A mente humana é projetada para tratar com elementos sucessivos e não simultâneos, “o modelo comportamental de racionalidade limitada procura resgatar elementos da psicologia para compreender como de fato as pessoas tomam decisões.” (MELO, 2016, p. 625). Fazer múltiplas tarefas tem como consequência geral não progredir em nenhuma delas. “A expressão tantas vezes utilizada em inglês, *pay attention*, cabe bem aqui: você dispõe de um orçamento de atenção limitado para alocar às suas atividades e, se tenta ir além desse orçamento, fracassa.” (KAHNEMAN, 2012, pos. 429). Um exemplo que demonstra a nossa incapacidade de realizar múltiplas tarefas são as estatísticas de acidente de trânsito. Elas demonstram que o uso do telefone celular ao volante aumenta o risco de

acidentes em até 400%.³¹ Ao deslocar o foco do trajeto para outra atividade o sistema motor se torna menos eficiente e passa a operar em segundo plano, com um tempo de resposta maior e resultando em mais acidentes. “Foco intenso numa tarefa pode tornar a pessoa efetivamente cega, mesmo a estímulos que em geral atraem a atenção.³²” (KAHNEMAN, 2012, pos. 343)

Daniel Kahneman e Amos Tversky têm desenvolvido pesquisas em psicologia desde os anos setenta e chegaram à conclusão de que os seres humanos têm sobre dois modos de pensar, o rápido e o devagar, também conhecidos como sistema 1 e sistema 2. O primeiro responsável por dar respostas rápidas, fazer associações, escolhas cotidianas simples como escolher entre uma camiseta vermelho ou azul, reconhecer rostos, vozes etc. O segundo, lida com questões que requerem maior capacidade de raciocínio e funciona numa espécie de *stand by*, por seu custo de operação (energia) ser bem mais elevado que o primeiro, sendo ativado somente quando necessário. Incluindo atividades de atenção constante, cálculos complexos e são geralmente associadas com a experiência do agente realizar uma atividade, escolha e concentração³³.

Esses dois sistemas funcionam o tempo todo em que estamos acordados e trabalham simultaneamente com o primeiro alimentando o segundo de informações. Funcionando a maior parte do tempo somente com o mínimo necessário e utilizando apenas uma parte de suas capacidades. “O Sistema 1 gera continuamente sugestões para o Sistema 2: impressões, intuições, intenções e sentimentos. Se endossadas pelo Sistema 2, impressões e intuições se tornam crenças, e impulsos se tornam ações voluntárias.” (KAHNEMAN, 2012, pos. 454) E funciona como um sistema de *back up* caso as coisas saiam de controle, caso isso não ocorra ele irá acatar as sugestões do Sistema 1 sem maiores revisões, sendo acionado em casos mais específicos como a solução de problema matemático de dois ou mais dígitos, um planejamento que envolva uma quantidade

³¹ Cf. <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2012/02/uso-do-celular-aumenta-em-ate-400-o-risco-de-acidentes-no-transito.html>>

³² Pesquisas conduzidas por Nilli Lavie Instituto Cognitivo de Neurociências da UCL apontam para surdez por desatenção. Citado em:<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,concentracao-em-tarefas-dificeis-deixa-as-pessoas-surdas-para-o-mundo-ao-redor,724811> Chistopher Chabris e Daniel Simons fazem o mesmo com a visão em seu experimento do O gorila invisível, publicado em livro com o mesmo nome. Segundo KAHNEMAN 2012, podemos ficar cegos para o óbvio, e também, somos cegos para nossa própria cegueira. ” (KAHNEMAN, 2012, pos. 429).

³³ Uma lista exaustiva das características destes dois sistemas pode ser encontrada em (KAHNEMAN, 2012, pos. 352-420).

razoável de recursos e variáveis, ou sempre quando o Sistema 1 não dá conta de ter uma resposta rápida e satisfatória para o problema.

4.1 Convivendo com um grupo e a interferência na nossa visão

Quando eu era criança e tentava usar os hábitos de meus amigos para justificar, digamos, jogar beisebol aos sábados, em vez de ir à sinagoga, minha mãe dizia algo como: “Então, se Joey saltasse dentro de um vulcão, você faria o mesmo?” Agora, décadas mais tarde, percebo que eu deveria ter dito: “Sim, mãe. As pesquisas dizem que eu faria isso.” (MLODINOW, 2013, pos. 3144)

Normalmente pertencemos a diversos grupos distintos. Em um momento a pessoa pode ser pai, filho, funcionário dos correios, brasileiro, jogador de futebol amador, advogado, variando o grupo com que se identifica a partir do que ele julga ser relevante naquele momento. Existe um termo técnico para o grupo no qual as pessoas se sentem como participantes dele: “in-group”, e qualquer grupo que as exclui de “out-group”. “Diferentemente do uso coloquial, no sentido técnico, *in-group* e *out-group* se referem não à popularidade dos que pertencem a grupos, mas apenas à distinção “nós-eles”.” (MLODINOW, 2013, pos. 3006) Como veremos, existe uma diferença crucial nesses dois conceitos relativo à forma como pensamos e agimos com os membros que participam ou não dos nossos grupos. O que acontece quando usamos uma categoria para nos definir e pensar na diferença entre “nós” e “os outros” é que quando alteramos a afiliação do grupo que adotamos em dado momento mudamos a percepção que temos de nós mesmos, pois os *in-groups* com que nos identificamos são um importante componente de nossa autoimagem. É por esse motivo que as pessoas se esforçam para participarem de grupos específicos nos quais essa identificação seja do seu interesse em determinado momento. Ainda que seja necessário realizar sacrifícios pessoais somente para se ter o sentimento de pertencimento a esse local e poder se ver como um frequentador de clube ou alguém que cuida da saúde parece superar sacrifício realizado.

Qual a relação disso com a racionalidade limitada? A conexão entre os dois temas se dá pela influência sutil e muitas vezes imperceptível na forma como o agente realiza seus julgamentos. Esses exemplos demonstram que existem fatores externos e estruturais que alteram a nossa forma

de avaliação. Um experimento social famoso realizado nos anos 50 que ficou conhecido como: O acampamento de Robbers Cave, foi conduzido por Muzafer Sherif (1961). Seu objetivo era estudar a criação das normas grupais, estudar como as pessoas criavam vínculos de grupo, formando *in-groups* e precisando lidar com o *out-group* em determinado momento.

Esse experimento foi realizado com vinte de dois meninos comuns que não se conheciam antes do experimento, mas partilhavam as mesmas características: protestantes, brancos de inteligência média e pertencentes a classe média. Eles foram divididos em dois grupos e permaneceram nesta “colônia de férias” afastados dos pais, sem nenhum contato por três semanas e ao custo simbólico para cobrir as atrativas atividades oferecidas, tendo apenas como figuras de autoridades locais o olhar atento dos pesquisadores. Cada grupo de onze meninos ficou isolado em suas cabanas compartilhando experiências e atividades por uma semana. Até que, de forma orquestrada pelos pesquisadores, os dois grupos tomaram ciência um do outro. Logo foram marcados jogos com cada grupo defendendo sua equipe, então o primeiro estopim surgiu. Um dos grupos encontrou uma bandeira hasteada com o símbolo dos adversários, não tardaram a colocá-la abaixo e atear fogo. Claro que isso não passou em branco, ao perceber tal afronta, foi organizado uma vingança envolvendo furto de calças, muita sujeira e o desmantelamento dos mosquiteiros. A situação foi agravando-se até o inevitável conflito físico.

Muzafer Sherif defendeu sua tese de doutorado em 1935 e tratava sobre a influência das normas grupais sobre a visão, algo que comumente acreditamos possuir um caráter objetivo, ainda que particular. O experimento sobre a visão consistia em levar voluntários a um quarto escuro e mostrar um pequeno ponto luminoso na parede. Após alguns momentos o ponto parecia se mover, mas se tratava de minúsculos movimentos dos olhos que davam a impressão de que o ponto luminoso se movimentava.

Sherif mostrou o ponto para três pessoas de cada vez e pediu que relatassem o quanto ele tinha se movido cada vez que o vissem se mexer. Aconteceu um fenômeno interessante: pessoas de um dado grupo disseram números diferentes, alguns mais altos, outros mais baixos, mas, no fim, as estimativas convergiram para uma margem mais estreita, a “norma” daquele grupo de três. Embora a norma variasse muito de grupo para grupo, dentro de cada grupo os membros acabavam concordando com uma norma, a que chegavam sem discussão ou estímulos. Ademais, quando membros individuais de um grupo eram convidados a voltar uma semana depois para refazer o experimento, agora sozinhos, eles repetiam as

estimativas a que seu grupo havia chegado. A percepção dos membros do *in-group* tinha se tornado sua própria percepção. (MLODINOW, 2013, pos. 3041)

Nosso ponto de interesse é que quando percebemos como “nós”, a nossa avaliação fica atrelada a norma grupal, nesse caso era praticamente uma média das variações descritas por cada um dos envolvidos. Esse experimento serve também para explicar a sensação que temos de que modificamos nosso comportamento quando estamos diante de grupos diferentes aos quais pertencemos, nos comportamos diferente quando estamos em casa, no trabalho, com a galera do futebol, no grupo religioso e principalmente nas reuniões de família.

Como vimos, a norma grupal direciona nossa visão e julgamento para o padrão daquela comunidade em específico; como consequência faz com que tenhamos a experiência de compartilhar algo em comum com essas pessoas, fortalecendo o sentimento de comunidade ou identidade, a depender do caso em questão. Essa interconexão com as pessoas e normas “faz com que vejamos nossa fé como algo interligado com a fé do grupo, e os sucessos e fracassos como também nossos.” (MLODINOW, 2013, pos. 3041) De tal maneira que nós reconhecemos quando estamos junto a nosso *in-group* e dele derivam o sentimento de afeto e proximidade para com o grupo, dado aos valores que o grupo partilha.

Como não poderia deixar de ser, temos a tendência a favorecer as pessoas do nosso *in-group* e acreditar que elas são mais diversificadas do que as de outros grupos que conhecemos menos, embora isso não advenha da riqueza informacional que o agente possa ter ou não sobre seu grupo e que lhe falta sobre os demais. É o mero pertencimento que torna isso possível, pois já sabemos que “tratamos nossos *in-groups* e *out-groups* de forma diferente no nosso pensamento, quer tenhamos ou não a intenção de fazer essa distinção.” (MLODINOW, 2013, pos. 3147)

A pergunta que nos sobra então é: Qual seria o critério mínimo de afinidade necessário para o agente considerar alguém como *in-group*? “Os pesquisadores descobriram que não há uma exigência mínima. Não é necessário partilhar qualquer atitude ou característica com os companheiros do grupo, nem ao menos conhecer outros membros.” (MLODINOW, 2013, pos. 3131) Apenas por saber que pertence a um grupo é suficiente para acionar a afinidade com ele, e da forma inversa, nossa tendência é não produzir nenhuma vantagem para as pessoas fora do nosso grupo, podendo chegar até o ponto de sermos hostis.

As pesquisas sugerem que a hostilidade irrompe mais prontamente entre grupos que entre indivíduos. (ASHFORTH, 1989, p. 20-39). Quando lembramos dos dois grupos do acampamento, o fato deles terem entrado em contato não foi suficiente para reduzir a atitude negativa entre si, pelo contrário, inicialmente a tensão só aumentou, vindo a diminuir somente quando eles precisaram trabalhar juntos para superar obstáculos que trariam problemas aos dois grupos. Diversos cenários envolvendo o elemento colaborativo foram colocados no experimento para testar se a animosidade iria diminuir, dentre eles destaca-se: a suspensão do fornecimento de água e um problema de partida no caminhão que iria buscar comida para todos. As soluções para esses problemas só eram possíveis com o trabalho conjunto das duas equipes rivais; no primeiro caso procurando a falha no abastecimento, causado por duas pedras no registro de água e um entupimento proposital, e no segundo caso com todos ajudando a empurrar o caminhão ladeira acima, utilizando cabos de guerra; os pesquisadores não facilitaram nessa tarefa. O que pode ser observado durante a execução dessas tarefas em conjunto foi que “a mudança nos padrões de comportamento de interação entre os grupos foi surpreendente.” (Cf. SHERIF, 1961). Tornando-se cada vez mais amistosas à medida que as tarefas foram executadas em conjunto, eles puderam iniciar o processo de se perceber como um grupo maior e as afinidades começaram a surgir naturalmente e novas normas grupais surgiram.

4.2 Elementos que afetam a avaliação

O que vimos até agora indica a necessidade de perceber o quanto as nossas limitações corporais estão enraizadas em nossas ações e na avaliação que fazemos dos outros. A crença nos processos racionais e no uso de suas ferramentas lógicas é fortemente estabelecida entre nós, principalmente entre os filósofos. “No entanto, o uso da lógica nas análises descritivas e normativas encontra sérias deficiências, pois muitas das consequências deduzidas das premissas desconsideram os processos psicológicos dos agentes...” (MELO, 2016, p. 626) Em Israel existe um período do ano no qual os juízes realizam um mutirão para revisão pedidos de condicional, casos que estão fora do prazo ou para expirar, visando manter tudo organizado e dentro dos preceitos legais. Eis que então, alguém resolve realizar uma pesquisa sobre a imparcialidade desses processos. A observação não buscava avaliar a conduta, nem o trabalho de nenhum dos participantes, mas verificar a interferência de questões externas ao processo de julgar no resultado

das análises jurídicas realizadas, o resultado foi, no mínimo, inesperado. Participaram dessa pesquisa oito juízes de condicional que passaram dias inteiros realizando as análises.

“Os casos são apresentados em ordem aleatória, e os juízes dedicam pouco tempo a cada um, numa média de seis minutos. (A decisão default é a rejeição da condicional; apenas 35% dos pedidos são aprovados. O tempo exato de cada decisão é registrado, e os períodos dos três intervalos para refeição dos juízes — a pausa da manhã, o almoço e o lanche da tarde — durante o dia também são registrados.) (KAHNEMNAN, 2012, pos. 880)

O resultado obtido no estudo foi que havia um crescimento de pedidos concedidos próximo aos horários das refeições, e um decréscimo quando os efeitos da alimentação vão passando, verificando que “após cada refeição, cerca de 65% dos pedidos são concedidos. Durante as duas horas, mais ou menos, até a refeição seguinte dos juízes, a taxa de aprovação cai regularmente, até chegar perto de zero pouco antes da refeição.” (KAHNEMNAN, 2012, pos. 898). Nem juízes nem pesquisadores esperavam que a curva de concessões e negações fosse tão grande e estivesse atrelada a um fator biológico tão trivial como a ingestão de alimentos. Dentre todas as explicações possíveis através da análise de dados da pesquisa a melhor delas é que: “juízes cansados e com fome tendem a incorrer na mais fácil posição *default* de negar os pedidos de condicional. Tanto o cansaço como a fome provavelmente desempenham um papel” (KAHNEMNAN, 2012, pos. 901) no resultado da sentença. “A ideia de energia mental é mais do que uma simples metáfora. O sistema nervoso consome mais glicose do que outras partes do corpo, e a atividade mental trabalhosa parece ser particularmente dispendiosa na moeda da glicose.” (KAHNEMNAN, 2012, pos. 878) Atividades de alto nível cognitivo ou que demandam autocontrole, como atividades avaliativas complexas realizadas pelo sistema 2, fazem com que os níveis de glicose no sangue venham a cair”. A implicação dessa ideia é que os efeitos do esgotamento do ego³⁴ podem ser anulados com a ingestão de glicose, e Baumeister e seus colegas confirmaram essa hipótese em diversos experimentos” (KAHNEMNAN, 2012, pos. 881)

³⁴ “Se você se vê obrigado a se forçar a fazer algo, fica menos disposto ou menos capaz de exercer autocontrole – quando o próximo desafio se apresenta, esse fenômeno é conhecido como esgotamento do ego.” (Cf. MARTIN, 2010, p. 495-525)

Com isso, chegamos à conclusão que nós somos temporalmente limitados, possuímos recursos e energia escassos. Nossas possibilidades de ação estão limitadas à capacidade de gerar alternativas, dependendo de quantas inferências somos capazes de fazer, independentemente de serem úteis ou satisfatórias. Enquanto agentes estamos lançados em meio a atividades dinâmicas que envolvem múltiplos outros agentes que são igualmente dinâmicos e imprevisíveis e com vários fatores que influenciam a forma como raciocinamos. Tendo isso em mente, as condições de realizar avaliações maximizadas sobre estados futuros se tornam completamente inumanas. “As pessoas não obedecem a regras Bayesianas, seus julgamentos de probabilidade não conseguem satisfazer os requisitos básicos e não têm preferências consistentes, mesmo em situações que não envolvem risco e incerteza.” (SELTEN, 1999, p. 3)

Dentro dessa análise dois pontos são fundamentais:

- 1) O conceito de racionalidade limitada trata diretamente com a incapacidade de o agente pôr em curso o modelo de racionalidade da Teoria da Decisão, devido às limitações em tempo, recursos e capacidade de cálculo.
- 2) Não existe independência do conceito de Racionalidade Limitada. Ele está diretamente em oposição ao conceito de racionalidade da Teoria da Decisão e sua compreensão só é possível em recorrência a este último modelo.³⁵

Em contrapartida, enquanto agentes desenvolvemos o uso de estratégias e métodos para resolução de problemas. Esses artifícios ampliam a nossa capacidade de atuação no mundo e o torna mais tratável. E eles existem como uma tentativa de diminuir os possíveis danos causados pelas limitações que encontramos em nossa natureza. Dentro da psicologia experimental isso é conhecido como heurística cognitiva, que nada mais é que um atalho que o agente toma para tornar os problemas mais simples e lidar mais facilmente com eles. Isto envolve a estratégia de diminuir a quantidade de variáveis envolvidas, facilitando o processo de tomada de decisões. A ciência de suas limitações faz com o que “a tomada de decisão na racionalidade limitada envolva necessariamente procedimentos não otimizados.” (SELTEN, 1999, p. 4).

³⁵ Além disso é marcada, sobretudo, pela sua pouca especificidade. Por isso a insistência em falar sobre o modelo de racionalidade plena.

O agente está focado no que é possível de ser realizado e não em obter a opção que irá oferecer o máximo resultado, satisfazendo-se com a alternativa viável e exequível. “A chave para a simplificação do processo de escolha em ambos os casos é a substituição do objetivo de maximização pelo objetivo de satisfazimento, de achar um curso de ação que é “bom o suficiente”.”³⁶

No entanto, o trabalho de Simon não se reduz somente ao conceito negativo da racionalidade limitada. Nele é possível encontrar uma agenda propositiva, que não abordaremos aqui, conhecida como racionalidade processual, que apresenta regras para representar a dinamicidade da agência humana e suas relações dinâmicas. Dentro dessa perspectiva, toda a estrutura do argumento de Simon é alicerçada sobre a dinamicidade do sistema econômico e de seus agentes, mudando no decorrer do tempo, numa relação dinâmica e constante entre o agente, o ambiente e entre agentes e agentes. Nela há o esboço de regras para “níveis de aspiração que não são fixos de uma vez por todas, mas dinamicamente ajustados às situações.” (SELTEN, 1999, p. 2)

Existem diversas evidências empíricas que dão suporte a esse tipo de teoria (*racionalidade limitada*) como uma descrição válida de como os seres humanos tomam decisões.³⁷ Mesmo que uma situação na qual a informação tomada como base para a deliberação seja perfeita, os agentes permanecem limitados em sua capacidade de processamento, tempo e recursos não permitindo os resultados maximizadores como são esperados pela Teoria da Decisão. Há uma diferença entre as perspectivas da racionalidade na Teoria da Decisão e na racionalidade limitada quanto à forma como se é tomada uma decisão. Na racionalidade plena, o agente é visto como um **otimizador/maximizador**, ele utiliza de suas potências para escolher a alternativa que é a melhor dentro de um critério estabelecido que o permite comparar todas as alternativas possíveis. Na racionalidade limitada, o agente **deve se satisfazer** com a escolha de uma alternativa que passa pelo crivo de aceitabilidade, mediante critérios razoáveis. A escolha não é pela única nem a melhor

³⁶ (SIMON, 1957b, p. 204–05) 8 Citado em Gabriel Barros. O conceito de “satisfazimento” foi adotado aqui como uma sugestão do Gabriel Barros, no texto citado. Ele engloba exatamente a ideia de fazer o melhor possível para satisfazer a intenção do agente, claramente não é a melhor de todas as opções, mas é a que pode ser realizada.

³⁷ Cf. SIMON, Herbert. Reason in human affair. pág 34. Os trabalhos de A. Tversky and D. Kahnemann, "Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases," Science 185: II24- 3I (1974-) são exemplos disso. Várias outras obras dos mesmos autores, no decorrer do tempo, ratificam a visão apresentada pela racionalidade limitada.

alternativa, mas a mais satisfatória. “A razão é um instrumento útil apenas quando a estrutura do problema é determinada, não existindo a possibilidade de apresentar o mesmo problema com uma estrutura diferente.” (MELO, 2016, p. 625)

Como vimos, existem suspeitas que o uso da razão instrumental, meramente lógica, não seja suficiente para lidar com as múltiplas possibilidades de contingências futuras, como sugere a concepção de racionalidade na Teoria da Decisão. Para que seu raciocínio se coloque, é necessário que duas condições sejam satisfeitas: “em primeiro lugar, assume-se que o sistema econômico é ergódico, o que inviabiliza a existência de surpresas genuínas no futuro. Em segundo lugar, assume-se uma homologia entre o mundo do modelo e o mundo real.” (MELO, 2016, p. 624) Dentro dessa estrutura de raciocínio, a proposta de Simon é “substituir a racionalidade da Teoria da Decisão por um tipo de comportamento que é compatível com o acesso à informação e capacidades computacionais que os organismos efetivamente possuem.” (Cf. BARROS, 2007, p. 9)

Essa é a conclusão que Simon chega em 1952 após seu trabalho o levar ao envolvimento com programação de computadores, na condição de consultor para a *RAND Corporation*; inicialmente com simulações, depois no departamento de ciências da computação. Isso o levou a explorar mais temas ligados à Psicologia e Computação do que Economia, voltando seu interesse para os processos do pensamento através da analogia entre mente e máquina. A percepção que “os cérebros humanos são excelentes para reconhecer padrões, mas são ruins para fazer inferências lógicas sequenciais.” (MELO, 2016, p. 638) levou Simon à “hipótese do satisfazimento, a maximização seria impraticável sem simplificações drásticas do modelo,” (BARROS, 2007, p. 11) o que traria consequência indesejadas a Teoria da Decisão.

Em resumo, Simon apresenta três mecanismos básicos para suportar sua posição:

- 1) A capacidade de concentração dos indivíduos nos problemas que necessitam de atenção imediata.
- 2) A capacidade humana de produzir alternativas de ação, no sentido de procurar alternativas viáveis ou o aprimoramento daquelas que já existem.
- 3) A capacidade humana de adquirir fatos e inferir a partir desses fatos; neste aspecto, o autor substitui o uso de axiomas pela noção de escolha logicamente consistente (satisfazimento). (MELO, 2016, p. 625)

5 BRATMAN E O COMPROMETIMENTO

“Intenções sem comprometimento são vazias, comprometimento sem intenções são cegas.”

Paráfrase de um filósofo alemão.

O objetivo de Michael Bratman em *Intentions, Plans and Practical Reason* é demonstrar que a intenção é um estado mental independente, com função própria, e com relevância direta nas ações, estando no mesmo nível de importância de crenças e desejos. Ele toma Davidson como seu principal opositor nesse embate e apresenta uma proposta nova: demonstrar as intenções direcionadas ao futuro (planos) e o comprometimento como paradigma para pensar o conceito de intenção. Bratman faz críticas ao modelo de Davidson, chamando a explicação dele de reducionista, por tratar as intenções direcionadas ao futuro com o mesmo modelo explicatório que é aplicado as intenções direcionadas ao presente ou passado.

5.1 Uma questão de método

Segundo Bratman, o método de análise do modelo crença-desejo segue quatro passos:

1. *A prioridade metodológica da intenção sobre a ação.*

Ao invés de começar com a preocupação da *intenção para agir* (direcionada ao futuro), os autores se voltam a intenção como ela aparece na ação, direcionando seus esforços para explicar como se dá a ação com uma certa intenção e agir intencionalmente. Dentro deste escopo, Bratman coloca não somente Donald Davidson, como também Alvin Goldman em *Theory of Human Action* e Anscombe em *Intention*.

2. *A teoria crença-desejo da intenção na ação*

Consiste em entender “a ação intencional e a ação feita com uma intenção em termos das crenças e desejos do agente; e ações como estando em relações apropriadas a estas crenças e desejos.” (BRATMAN, 1987, p. 5) A estrutura teórica aqui é que “de acordo com *a teoria crença-desejo da intenção na ação* a estrutura subjacente de nossa concepção do senso comum de intenção em ação envolve estes dois estados mentais” (BRATMAN, 1987, p. 6) os que representam o papel das crenças e os que representa o papel dos desejos, entendidos de forma ampla.

3. *A estratégia da extensão*

A proposta é pensar as intenções nas ações presentes, passadas ou futuras usando a mesma forma de análise. “A ideia é que uma vez que tenhamos uma explicação adequada do que é agir intencionalmente e agir com uma certa intenção, nós podemos esperar ter a disposição todos os materiais essenciais necessários para um tratamento satisfatório das intenções direcionadas ao futuro.” (BRATMAN, 1987, p. 6). Esse é o passo mais simples dentre os quatro aqui presentes, funciona como a navalha de Ockham para o método avaliativo acerca das intenções.

4. *A redução das intenções direcionadas ao futuro para desejos e crenças adequados.*

Esta etapa assume que a estrutura esboçada para a análise da ação a partir do modelo crença-desejo é suficiente para a caracterização tanto da mente quanto da ação, reafirmando que a intenção não representa nenhum papel significativo neste processo.³⁸ “Nessa abordagem não existe nenhum estado especial ou atitude de ter a intenção de agir; nossa caracterização de senso comum da mente necessita somente de dois parâmetros, estrutura crença-desejo. (BRATMAN, 1987, p. 6)

Esse processo de análise metodológica consiste numa redução e posterior ampliação, ele toma como modelo as ações intencionais direcionadas ao presente/passado, estabelece uma estrutura explicativa para elas e posteriormente expande sua análise para as intenções direcionadas ao futuro. Nele é assumido que as intenções direcionadas ao presente/passado possuem exatamente as mesmas

³⁸ No artigo *Intending*, Davidson muda um pouco de opinião, mas ainda não é suficiente para caracterizar a intenção como um elemento no mesmo nível das crenças e dos desejos.

características das ações voltadas ao futuro e assim fecha-se o ciclo explanatório, reduzindo todos os parâmetros de explicação das ações as crenças e desejos. “Neste modelo a intenção na ação é uma questão da relação da ação para as crenças e desejos do agente, enquanto a intenção para agir é para ser identificada com algum complexo de crença-desejo.” (BRATMAN, 1987, p. 6)

Michael Bratman está alinhado com o Wilson e Shpall (2012) acerca da polissemia conceitual da intenção: o conceito de 'intenção' tem várias nuances conceituais que não são simples ou fáceis de delinear. Uma delas, talvez a mais importante tenha sido sua relação com o futuro, agir intencionalmente e agir com uma certa intenção. O foco do modelo de explicação de Bratman será exatamente sobre as intenções direcionadas ao futuro, alterando o paradigma acerca do que é uma intenção, revelando suas características próprias, como: controle de conduta, filtro de admissibilidade, problemas que a intenção põe ao agente e questões relativas a estabilidade e o comprometimento. Sua abordagem é perpassada em sentido amplo pela perspectiva funcionalista e sua análise é feita a partir da ideia de que:

nosso entendimento de senso comum dos vários tipos de estados mentais depende da suposição relações apropriadas das regularidades subjacentes as quais estes estados estão incorporados. Estas regularidades conectam estes estados com outros, com atividades e processos psicológicos associados, e com “inputs” e “outputs” característicos: percepção e ação. (BRATMAN, 1987, p. 8)

Como vimos anteriormente, Davidson subscreve a esses quatro passos metodológicos, e essa é a primeira diferença entre Davidson e Bratman. Enquanto o primeiro procura analisar a ação através de um processo de racionalização, que pode ser posterior a execução da ação, retirar do par apropriado de crenças e desejos as ferramentas de análise, o segundo está focado nas regularidades que existem entre as conexões conceituais e os papéis que elas exercem dentro do processo de gerar uma ação intencional direcionada ao futuro, observando o funcionamento e as normas da intenção antes da sua realização enquanto ação.

A proposta de Bratman é mudar o paradigma de explicação da ação intencional para a categoria de intenções (direcionadas ao futuro) por acreditar que nelas é possível ver com mais clareza as características próprias da intenção que são distintas e independentes do par crença/desejo. Isso irá levá-lo a questionar o tipo de racionalidade envolvida na ação intencional, o modelo de agência que está em questão quando falamos de intenções direcionadas ao futuro e pensar de que maneira os limites da capacidade humana incidem sobre a ação. Ele assume para si a discussão sobre

os limites da racionalidade humana que está presente no trabalho de Herbert Simon e como essas limitações em nossa racionalidade estão diretamente ligadas a análise das intenções direcionadas ao futuro na forma de planos. Desta maneira,

refletir sobre os problemas de Simon é uma chave para resolver nosso problema sobre intenção; e uma solução para nosso problema sobre intenção será também uma contribuição para a teoria da racionalidade limitada. (BRATMAN, 1987, p. 10-11)

Conhecida como Teoria do Planejamento, podemos agora afirmar que a tese de Bratman apresenta como pressupostos básicos:

- A independência da intenção enquanto estado mental.
- A intenção está fortemente conectada com planos.
- O modelo de agência é baseado na Racionalidade limitada.

Esses pressupostos não são aceitos por todos, Percival, em *The Nature on Intention* (2013) reconhece a importância apenas do primeiro e do último ponto, negando o segundo: “Eu rejeito a afirmação que intenções são metafisicamente conectadas com a agência planejada.” (PERCIVAL, 2013, p.10). Acreditamos que o principal motivo para isso é ele não dar a devida importância a terceira tese. E procuraremos demonstrar que a compreensão do conceito de intenção só é verdadeiramente delineada a luz da *racionalidade limitada*. Esse conceito que Bratman herda de Simon³⁹ afirmando que os seres humanos têm limitação cognitiva notável. Ele afirma que os seres humanos são possuidores de tempo e recursos escassos, e reconhece a nossa racionalidade como imperfeita em muitas maneiras diferentes, interferindo de modo decisivo na forma como tomamos decisões, ele acredita que “não temos fatos, estrutura consistente de valores, nem poder de raciocínio

³⁹ Simon desenvolve esta perspectiva acerca das capacidades humanas tendo como fundamento o desenvolvimento da psicologia experimental. Ele chama sua visão de teoria comportamental, cunhando o conceito de *Racionalidade Limitada* para designar as limitações estruturais que possuímos enquanto agentes humanos. Ele desenvolve este conceito de forma negativa, em oposição ao que ele chama de *Racionalidade Plena*, que na verdade é a Teoria da Decisão de Savage. O termo Racionalidade Plena é um exagero do Simon para compor mais claramente sua imagem.

a nossa disposição que seria necessário, mesmo em situações relativamente simples, para aplicar os princípios da *racionalidade plena*". (SIMON, 1983, p. 17.).

O propósito agora é mostrar como Michael Bratman compreende o papel da intenção na ação. Sua proposta é analisar o conceito de intenção a partir do papel que ele desempenha em nossa atividade de tomar decisões. Ele assume que planos fazem parte de nossa natureza: "O fato é que nós somos agentes planejadores [...] temos a capacidade de agir com um propósito, formar e executar planos" (BRATMAN, 1987, p. 2). Essa atividade de planejar faz parte do nosso dia a dia, mesmo conscientes de que somos agentes limitados nós configuramos planos sobre diversos tipos de atividades, das mais simples as mais complexas. Temos falado sobre intenções direcionadas ao futuro, mas o que isso significa? Uma intenção direcionada ao futuro é quando um agente forma um plano de ação, seja através de deliberação ou não, sobre o que fazer em um determinado momento no futuro, mas qual a utilidade de fazer isso? Por que motivos um agente deveria se preocupar com algo que nem sequer aconteceu e poderia nunca acontecer? Não seria melhor deixar para preocuparmos com o que fazer quando os problemas acontecerem? Uma teoria da intenção tem que dar conta dessas questões e enfrentar o trilema abaixo.

5.2 O Trilema

O trilema são as três principais objeções à noção de intenção direcionada ao futuro:

1. A ação voltada ao futuro é uma ação que ocorre à distância. Algo como uma mão fantasma invisível que atuaria no futuro a partir da nossa intenção.
2. Uma intenção formada agora estaria passível de mudança, dado que obviamente, o contexto no qual ela deve se concretizar provavelmente será diferente do que tínhamos em mente ao formar essa intenção.
3. Seria uma perda de tempo se preocupar com o futuro desta maneira.⁴⁰

⁴⁰ Estas objeções podem ser encontradas no capítulo 1, pag. 4-6 de *Intentions, Plans and Practical Reason*.

Qual seria o sentido de formar uma intenção direcionada ao futuro? Que vantagens existem em fazer isto? Uma resposta direta para essas questões é o sentimento de urgência sobre os fatos que sabemos que virão a acontecer. Qualquer agente comum sente a necessidade de se adiantar, no tempo, acerca de decisões que sabe que terá de tomar, evitando que tentações venham a causar problemas e interfiram nos objetivos que pretende realizar. Essa seria a melhor maneira de tomar boas decisões, agindo com calma e de acordo com as intenções que estabelecemos previamente.

O tipo de intenções que o Bratman pretende trabalhar são as que se apresentam no dia a dia, ter a intenção de ir a um parque no final de semana, fazer as compras na sexta à noite, comer uma pizza no domingo à noite, o foco dele são as intenções cotidianas, “casos banais nos quais intenções direcionadas ao futuro e planos parciais levam sem grande dificuldade da deliberação anterior a conduta posterior.” (BRATMAN, 1987, p. 12) São nesses casos simples e de fácil entendimento que se torna possível ver, com mais facilidade, os elementos de coordenação que os planos parciais e intenções direcionadas ao futuro estão incorporados, e neles “precisamos procurar obter as regularidades, papéis e normas em termos das quais possamos entender a intenção e seus comprometimentos associados”. (BRATMAN, 1987, p. 12)

Uma boa maneira de “confrontar o ceticismo sobre a intenção - em particular, a intenção direcionada para o futuro - é mostrar que as intenções podem ser incorporadas em uma teia de regularidades e normas.” (BRATMAN, 1987, p. 9) E dessa forma ficará claro que teremos tanta prioridade para falar sobre a intenção como um estado mental independente quanto temos para falar sobre as crenças e desejos. A relação do tempo e pressão sobre a tomada de decisão é crucial para se fazer boas ou más escolhas. Se o agente tem tempo e nenhuma pressão neste momento, essas seriam as condições ideais para planejar uma ação futura. É mais racional e eficaz que o agente possa ponderar sobre o que irá fazer do que deixar a deliberação para o tempo da ação, momento este em que é comum precipitar-se ou fazer algo que não faria caso tivesse se preparado anteriormente.

Adiantar-se a uma situação trará vantagens adicionais, em termos de clareza e raciocínio, para planejar a atividade com maior cuidado, oferecendo subsídios ao agente, auxiliando-o a encontrar formas de evitar tentações, encontrando parceiros para auxiliar nos seus objetivos e evitando agir de forma impulsiva, pois todas essas situações adversas impõem custos ao agente. “Um agente que age como se sua ação fosse sem custo descobre que teria o mesmo sucesso se tivesse

simplesmente, adivinhado, ou confiado no resultado da deliberação quando ele não tinha nada melhor do que deliberar sobre as informações imperfeitas que possuía.” (VARGAS, 2014, p. 2)

Esse tipo raciocínio pode ser aplicado à maior parte das atividades importantes que realizamos no dia a dia. No entanto, se o agente realmente tem a intenção de fazer algo no futuro, sua atividade presente necessitará se conformar a algumas *restrições* para tornar meu plano efetivo, para que “a intenção deva de algum modo influenciar minha ação posterior” (BRATMAN, 1987, p. 5) e para controlar conduta do agente é necessário que ele se imponha algumas restrições, principalmente se a atividade que ele pretende desempenhar tem alto grau de complexidade. No entanto, desde as atividades mais triviais como: o que comer no almoço num dia de domingo quando você está sozinho em casa, até a organização de um almoço em família para a comemoração do aniversário de 5 anos do seu filho envolvem níveis diferentes de planejamento. Comparando essas duas situações podemos perceber que a quantidade de variáveis pode ir de algo que não exija quase nenhum planejamento até a possibilidade de ser necessário a coordenação com diversas pessoas e envolvimento de inúmeras variáveis, dependendo, por exemplo, do tamanho da sua família. Por conta disto, precisamos compreender quais são as normas que regem nosso comportamento quando temos uma intenção direcionada ao futuro, mantendo em vista nossa atividade enquanto agentes planejadores dentro de uma racionalidade limitada.

Assim, minha defesa da intenção como uma atitude distinta anda de mãos dadas com uma análise do que significa sermos agentes de planejamento limitados. Em particular, envolverá uma descrição da estrutura do raciocínio prático característico de tais agentes de planejamento, a saber: raciocínio destinado a ajustar e completar planos anteriores, mas parciais. (BRATMAN, 1987, p. 10)

5.3 Teoria do Planejamento

Bratman afirma que as intenções direcionadas ao futuro são os “tijolos de construção dos nossos planos” (BRATMAN, 1987, p.8) e estão incorporadas em uma rede de planos e intenções anteriores. Mas o que significa ter um plano? Para avançarmos, é necessário precisar que conceito de ‘plano’ usaremos daqui por diante. Podemos compreender ‘planos’ de duas maneiras: como uma estrutura abstrata ou como um estado mental. Quando falamos de planos, temos em mente o uso

comum da palavra na expressão ‘ter um plano’, representando uma estrutura abstrata, sendo comum que nos venha a mente um conjunto de procedimentos para a realização de um fim, algo similar a uma receita, tutorial ou passo-a-passo procedimental para realização de algo, que pode ou não vir a acontecer.

Para Bratman o sentido de plano é outro, significando que “ter um plano de assar um carneiro é planejar assá-lo: Envolve a intenção de assá-lo [...] Eu tenho um plano para A somente se é verdadeiro para mim que eu planejo fazer A.” (BRATMAN, 1990, p. 18-19) Desse modo, o entendimento de Bratman sobre ter um plano significa estar em um estado mental que envolve um tipo de *comprometimento* com a ação. O outro sentido de plano como uma estrutura abstrata no qual não há comprometimento em sua realização, similar a uma receita é deixado de lado daqui por diante.

Somos agentes limitados que planejam, e essa limitação estrutural deve estar incorporada nos planos que fazemos, dessa forma, eles são pautados por duas características principais: a parcialidade e a estrutura hierárquica. Quando planejamos algo, apresentamos uma dose de ceticismo e humildade, não preenchemos antecipadamente todos os detalhes dos planos que estamos comprometidos a realizar, reconhecendo nossas limitações. Estabelecemos os fins desejados e alguns passos intermediários que julgamos importantes naquele momento, de preferência aqueles com os quais possamos iniciar a execução do plano. Com o passar do tempo, partimos para a execução e vamos preenchendo-o com detalhes, reelaborando e/ou adicionando os passos preliminares que julgamos necessários. “Quando eu decido hoje ir a Monterey amanhã, não configuro um plano completo para amanhã. Antes, eu decido ir a Monterey, e deixo aberto a deliberação de como chegar lá de forma consistente com meus outros planos” (BRATMAN, 1990, p. 17) que em geral visam um determinado fim e vão incorporando subplanos sobre meios e passos preliminares ao longo de sua jornada de execução. Esses subplanos envolvem os meios de chegar até lá, a coordenação com as atividades que já haviam sido agendadas, se o curso de ação que foi estabelecido irá chocar com a agente e/ou atividades das pessoas que irão comigo, ou até mesmo se é uma viagem solitária na qual desejo ficar incomunicável, todas as opções envolvem o preenchimento desses detalhes e a elaboração de subplanos.

Esses planos são hierarquizados, partimos de intenções gerais (fins), nossos objetivos, e vamos incorporando intenções específicas (meios), com base nisso “eu posso fixar certos fins, enquanto delibero sobre os meios ou passos preliminares” (BRATMAN, 1990, p. 19) ganhando

tempo para lidar com as dificuldades que esses passos irão colocar à jornada de execução do plano e não havendo a necessidade de sobrecarregar o agente com inúmeras variáveis de uma única vez. Até mesmo porque essas novas intenções específicas podem durante o processo se tornar irrelevantes e serem alteradas. Essas duas características tomadas em conjunto, levam a necessidade da utilização do raciocínio prático.⁴¹ Os planos passam por diversos estágios em sua forma, eles

não são meramente executados. Eles são formados, retidos, combinados, restritos por outros planos, preenchidos, modificados, reconsiderados etc. Tal progresso e atividades são centrais para nosso entendimento dos planos, e para o nosso entendimento da intenção. (BRATMAN, 1987, p. 7-8)

E todas essas etapas são fundamentais para compreender o conceito de intenção, porque uma das principais consequências de formar planos é confrontar o agente com problemas. Quando o plano é colocado à prova, invariavelmente determinadas circunstâncias inesperadas irão surgir e precisaremos lidar com elas, geralmente advindo de duas frentes; a primeira delas é a coordenação intrapessoal, na qual o agente precisa organizar suas atividades de acordo com as obrigações e outros planos que ele já tem no dia-a-dia, como aulas, reuniões de departamento e família. Obrigando-o diversas vezes a reorganizar seus horários ou prioridades para que seus planos tenham êxito; a segunda frente é a coordenação interpessoal, que envolve a divisão do trabalho/competências entre pessoas, a compatibilidade de agendas e a obtenção de resultados. Nós

formamos intenções futuras como partes de planos maiores cujo papel é ajudar a co-ordenação de nossas atividades ao longo do tempo. Além do mais, nós não adotamos esses planos, em todos os seus detalhes, de uma só vez. Conforme o tempo passa, nós adicionamos e ajustamos nossos planos. Como elementos nestes planos, intenções futuras forçam a formação de outras intenções e restringem a formação de outras intenções e planos... Isso significa que eles desempenham um papel significativo em nosso pensamento prático, na criação e ajuste contínuos de nossos planos - um papel que Davidson negligencia. (BRATMAN, 1999, p. 223)

⁴¹ Raciocínio prático deve ser entendido como a capacidade ou a forma que utilizamos para solucionar problemas no dia a dia.

Num mundo perfeito, os planos seriam executados conforme foi planejado, mas dado que temos uma capacidade cognitiva limitada e podemos gerenciar somente alguns pedaços de informação de uma vez, por diversas vezes temos que reorganizar nossos subplanos e dividir em tarefas menores por não sermos capazes de ver, de uma única vez, todo o processo com o qual estamos envolvidos. Por isso a concepção de planos parciais apresenta como vantagem a capacidade de antecipar várias dificuldades num conjunto ordenado e com sentido, ampliando a qualidade dos possíveis resultados obtidos devido a esta preparação anterior, mesmo que a nossa capacidade de prever o futuro seja limitada, com o mundo sempre em mudança, e sejamos incapazes de acompanhar todas elas.

Esses elementos tomados em conjunto, nos mostram que planos muito detalhados se tornariam também muito ineficazes, falhando com muito mais facilidade do que os planos parciais, tornando os últimos mais práticos e úteis, visto que a ausência de determinações e de rigidez excessiva é um ponto forte a favor dos planos parciais.⁴² Quando estabelecemos uma intenção geral, a meta final de um plano, essa intenção age como *input* para o raciocínio posterior. Que terá de levar em consideração os meios ou passos preliminares para sua execução bem-sucedida. “Em tal raciocínio nós preenchemos os planos parciais de maneira que venham requerer que eles tenham sucesso em guiar nossa conduta.” (BRATMAN, 1990, p. 19). A parcialidade e hierarquização dos planos nos levam a pensar sobre as demandas do raciocínio prático. “Intenções direcionadas ao futuro e planos parciais dão suporte a coordenação na vida de agentes limitados como nós. Por conta disso, precisamos olhar para as grandes regularidades, papéis e normas em termos das quais possamos entender a intenção e seus comprometimentos associados.” (BRATMAN, 1987, p. 11). Quais seriam esses comprometimentos e como eles nos ajudarão a compreender a intenção direcionada ao futuro?

⁴²Existe uma metodologia de trabalho conhecida como SCRUM, desenvolvida para atividades que apresentam: alto grau de complexidade, grande número de pessoas envolvidas e enorme nível de interação. Este método utiliza largamente a estrutura hierárquica dos planos e sua parcialidade para resolução de tarefas. “O Scrum funciona com a definição de objetivos sequenciais, que devem ser atingidos em um intervalo definido.” (SUTHERLAND, 2016, pos. 302) Quebrando as tarefas maiores em blocos menores e atribuindo a cada grupo a responsabilidade de execução destas subtarefas. Não importando o meio de obtenção do resultado, desde que a tarefa seja executada de forma competente. Uma das grandes vantagens desse processo é dobrar a produtividade no mesmo espaço de tempo, por dar aos agentes autonomia em suas tarefas, tempo limitado para sua execução e impor pressão social sobre o compromisso assumido, dado que ocorrem reuniões diárias para prestação de contas e recalibragem das subtarefas. Se uma equipe não é bem-sucedida em uma atividade, ela pode receber auxílio de outra, trocar as tarefas ou se focar em atividades que consigam executar dentro das condições estabelecidas.

5.4 O comprometimento: Papéis descritivos e normativos

O comprometimento é um conceito chave para Bratman, através dele é que podemos entender realmente os papéis que a intenção exerce. Veremos daqui em diante, os aspectos que o comprometimento apresenta, dividindo-se em aspectos descritivos e normativos. “O aspecto descritivo do comprometimento característico da intenção consiste em disposições e papéis (roles). O aspecto normativo consiste em normas e padrões de racionalidade associados com eles papéis”. (BRATMAN, 1987, p. 108). Veremos abaixo os descritivos e, posteriormente, os normativos.

As intenções e desejos são pró-attitudes e em um sentido amplo “exercem um papel motivacional: em conjunto com nossas crenças elas podem nos levar a agir.” (BRATMAN, 1987, p. 15). Então qual seria a diferença entre elas? Bratman afirma que a intenção possui um caráter volitivo, motivador da ação, “Como uma pró-atitude controladora de conduta, minha intenção envolve um comprometimento especial para a ação que o desejo ordinário não tem, os desejos são meramente potenciais influenciadores da ação” (BRATMAN, 1987, p. 16) podendo ou não levar a ação. No entanto, ao formar uma intenção o agente estabelece um certo curso de ação e quando o momento da ação chegar, a intenção exercerá seu papel de controle de conduta (volitivo) e o colocará em ação. Se o agente formou uma intenção de ir até a Universidade ao meio dia, quando o horário marcado chegar, ele irá se dirigir até a Universidade. Revelando a segunda dimensão do comprometimento centrado no raciocínio, correspondendo “ao papel que a intenção exerce entre o momento de sua formação inicial e a eventual execução [...] e a intenção resiste a reconsideração: ela tem a característica da estabilidade ou inércia.” (BRATMAN, 1987, p. 16). Essa estabilidade permite que a intenção guie a ação do agente para a execução com a qual ele se comprometeu e tem como consequência suportar a expectativa de outros agentes de que ele ao menos tentará executar a ação; o mesmo não acontece com o desejo.

O desejo é somente um potencial influenciador da ação, porque um desejo é visto pelo agente como concorrente com outros desejos e ainda precisa ser pesado contrarrazões, a favor e contra, para que a ação venha a se realizar. É perfeitamente aceitável que o agente tenha desejos contraditórios,

é possível para o agente desejar sair de casa para uma festa noturna com os amigos e ao mesmo tempo desejar passar a noite toda em casa assistindo um novo seriado na Netflix. Enquanto são apenas desejos não há nenhum problema em ter os dois ao mesmo tempo, e este é um tipo de situação que ocorre com frequência.

Poderíamos apelar para a figura de um desejo predominante, “eu tenho um desejo predominante para *A* se eu desejo fazer *A* estritamente mais do que eu desejo fazer qualquer outra opção incompatível com fazer *A*.” (BRATMAN, 1987, p. 19) O problema com essa linha de raciocínio é que por mais forte que seja o desejo, ele não garante o controle do curso de ação, ele não irá assumir as dimensões do comprometimento volitivo e centrada no raciocínio como a intenção assume.

Isto não ocorre com a intenção. Se nada ocorra contra ela, nem houver nenhuma reconsideração, ela controlará a ação do agente até o fim pretendido. Se eu tenho a intenção de dormir uma hora depois do almoço e nada acontece que venha a impedir minha soneca, dormirei, mantendo o compromisso com a intenção que formei. No caso de ter o desejo de dormir uma hora depois do almoço, esse desejo ainda será contraposto (pesado) contra outros desejos como o de atualizar minhas anotações, preparar uma aula ou conversar com meus colegas de departamento compartilhando um café; em resumo, o desejo potencialmente influencia a ação, mas não a controla, ao contrário da intenção que controla a ação.

O comprometimento centrado no raciocínio refere-se ao papel exercido pela intenção entre a sua formação e o momento da ação. Entender esta dimensão temporal é de fundamental importância para compreender este comprometimento, essa característica é chamada também de inércia da intenção. Pois ela é responsável por fazer com que o agente mantenha o foco diante daquilo que tomou como sua intenção, e precise utilizar do raciocínio para realizar a intenção que foi formada. Para tanto, em geral, o agente precisará formar novas intenções para realizar a ação com a qual está comprometido – como falamos acima sobre a hierarquização dos planos – muitas vezes, formando novas intenções a partir das intenções anteriores, restringindo novas opções que sejam inconsistentes com as intenções assumidas anteriormente e com as suas crenças. É importante ressaltar que o comprometimento volitivo e o centrado no raciocínio não atuam de forma separada, embora possam ser entendidos analiticamente desta maneira:

Um ponto importante relacionado com estes dois tipos de comprometimentos envolve um tipo de sinergia: tomadas em conjunto estas duas dimensões do comprometimento ajudam a explicar como intenções exercem seus papéis característicos no suporte a coordenação, intrapessoal e social. (BRATMAN, 1987, p. 17)

Retomando o fato que as intenções controlam nossa conduta, tanto o agente consigo mesmo em sua agenda interna (intrapessoal), quanto as outras pessoas (coordenação interpessoal) que interagem com ele passam a criar a expectativa de que a ação com a qual ele se comprometeu irá ser realizada, ou pelo menos que ele irá tentar realizá-la, ainda que o sucesso da sua intenção não seja dado como esperado. Isso tem como consequência que tanto o agente quanto aqueles que o cercam organizam outras intenções em torno da ação que é esperada do agente, essa expectativa que a intenção gera é um dos elementos que dão suporte as atividades coordenadas entre agentes.

Além do aspecto descritivo do comprometimento mencionado acima, existem algumas amarras para garantir ao menos a tentativa de execução da intenção, que formam o aspecto normativo do comprometimento: “uma completa caracterização dos comprometimentos envolvidos na intenção é um dos principais trabalhos de uma teoria da intenção.” (BRATMAN, 1987, p. 15). Assim poderemos perceber como esta caracterização da intenção é importante para realizar o fim proposto por Bratman: dar a intenção o status de estado mental independente com suas próprias nuances e funções. Temos então cinco pontos de demandas normativas que estão associados com os aspectos descritivos dos comprometimentos, eles são: *Intenções põem problemas, restrições de consistência, incoerência meio-fim, filtro de admissibilidade e estabilidade dos planos.*

Quando alguém forma uma intenção de ir a Monterey, precisa posteriormente lidar com as questões dos meios de ir até lá. Esses passos intermediários entre a formação da intenção e sua tentativa de execução são os *problemas postos* ao agente que forma uma intenção direcionada ao futuro. Se o agente vai de carro, trem, avião ou etc., se possui os recursos para tal, onde irá se alojar quando chegar lá e todas as outras preocupações relacionadas a uma viagem são os problemas que o agente precisa resolver para prover os meios de preencher os planos parciais que foram feitos. Assumindo essa viagem, outra demanda entra em ação, a *restrição de consistência* que afirma que o plano precisa ser “internamente consistente e consistente com as crenças do agente.” (BRATMAN, 1990, p. 20) A consequência para planos como esses que obedecem a restrição de consistência é que se os planos são coerentes com as crenças do agente e elas estão corretas sobre o

mundo, então o plano deveria correr perfeitamente rumo a sua execução bem-sucedida. Mesmo que não seja necessário para o agente acreditar no sucesso da execução do plano para poder ter uma intenção, basta acreditar que sua realização não é impossível de ser realizada para estar de acordo com esta demanda. A partir deste momento é preciso se comprometer com subplanos sobre os meios e passos preliminares, se o agente não seguir aquilo que acredita ser necessário para a realização do plano, ele incorrerá em falta com outra demanda denominada *incoerência meio-fim* e poderá facilmente ser acusado de irracionalidade por estar agindo de tal maneira que não será possível obter o resultado que ele mesmo se propôs previamente.

Da *restrição de consistência* derivada outra demanda, o *filtro de admissibilidade* sobre intenções futuras. Depois que uma intenção é estabelecida, ela irá restringir as outras opções que o agente possa ter para colocar em deliberação, diminuindo a quantidade de opções vistas como admissíveis dentro do seu plano de ação. Esse é um dos melhores exemplos de que “menos é mais” é válido no raciocínio prático, dado que se o agente tem menos opções disponíveis, ele terá mais chance de avaliar melhor cada uma delas, economizando tempo e energia durante esse processo, do que se tivesse a disposição um extenso número de opções. Um exemplo simples que o Bratman oferece é o fato dele possuir um único carro. Se ele planeja deixar o carro com a esposa enquanto viaja a Monterey, seria *incoerente* planejar sua viagem contando em ir de carro até Monterey, ele deverá buscar outros meios de chegar até lá. Com a intenção estabelecida, o *filtro de admissibilidade* funciona como um parâmetro de relevância para as intenções posteriores restringindo as que podem ser consideradas como aceitas ou não do processo de deliberação. A diminuição da quantidade de opções admissíveis para a execução bem-sucedida de um plano, se transforma num trunfo dentro da perspectiva da racionalidade limitada, por ter que lidar com uma quantidade menor de opções, facilita o processo deliberativo e faz com que nos atenhamos a intenção direcionada ao futuro com mais facilidade, mantendo a reconsideração distante de nossas mentes e aumentando o padrão de estabilidade das intenções do agente. Por isso, uma vez que uma intenção direcionada ao futuro é formada, ela possui certo grau de imunidade a reconsideração, apresentando maior estabilidade para o agente, e controla nossas ações facilitando a coordenação interna e externa. Assim chegamos a última demanda, *estabilidade*.

O agente forma a intenção em determinado momento, seja por tomar uma decisão consciente explícita de executar a ação ou por algum processo menos deliberativo,

mais automático. Então, a menos que seja revisado, a intenção levará o agente a executar a ação diretamente; isto é, como diz Bratman, a intenção controla a ação. Além disso, é relativamente imune à reconsideração e, portanto, à revisão. Uma vez formada, as intenções têm a tendência a persistir eles têm o que Bratman chama de estabilidade. A estabilidade não é, obviamente, absoluta. Às vezes revisamos nossas intenções, e é bastante racional que o façamos. (HOLTON, 2011, p. 2)

Nós mantemos a intenção direcionada ao futuro a não ser que alterações relevantes no mundo ocorram até o momento de execução do plano. Bratman também chama a estabilidade de Inércia dos planos e esses devem apresentar uma tendência à resistência à reconsideração e perdurar durante o tempo necessário para que possam ser executados com sucesso, ou se tornaram impossíveis de executar. O conceito de comprometimento deve ser compreendido como a ligação entre os planos e ações. "É preciso manter um comprometimento, ele deve ser mantido até ser cumprido ou impossível de realizar... Sem alguma noção de comprometimento, decidir o que fazer depois seria uma tarefa infrutífera" (COHEN, 1990, p. 214) e cairíamos num dos problemas do trilema exposto acima, a perda de tempo em forma uma intenção direcionada ao futuro. Além do compromisso com o plano, o agente deve buscar o equilíbrio racional entre suas opções de ação, agindo de forma coerente e congruente com os compromissos que ele assume. Deste modo:

Um agente autônomo deve agir de acordo com suas intenções, não a despeito delas; adotar intenções que acredita serem viáveis e renunciar àquelas que são inviáveis. Permanecer (ou estar comprometido com) intenções, mas não para sempre, revogar aquelas que acreditamos terem sido satisfeitas; alterá-las quando crenças importantes foram modificadas; e adotar intenções auxiliares durante a formação dos planos." (COHEN, 1990, p. 214)

As intenções de um sistema de planejamento não são mais que o conteúdo de seus planos coordenados de maneira a que possam ser executados pelo agente que assumiu, ao menos em parte, o comprometimento com a ação futura. Não devemos pensar que a estabilidade dos planos cega o agente para o que ocorre no mundo, mas sua função é a responsabilidade de estabelecer um padrão de relevância para a informação que possuímos no momento da formação da intenção direcionada ao futuro, habilitando o agente para que quando o momento da ação chegar, normalmente o agente irá ao menos tentar executar a ação, "a retenção da minha intenção anterior e a não reconsideração de um plano é, por assim dizer, a opção padrão." (BRATMAN, 1987, p. 16). Dessa forma a

estabilidade deve ser vista como uma mudança no limite de relevância de uma informação; ela será mantida como a opção mais viável até que alguma outra informação ou acontecimento no mundo possa ser considerado tão importante quanto aquele que nós já tínhamos em mente e nos leve a reconsiderar.

Embora a inércia da intenção possa parecer estranha à primeira vista, ela está baseada na ideia que a reconsideração implica em custos. Mudar de intenção pode acarretar consequências indesejáveis como a perda de recursos, tempo e energia, em casos mais extremos levar a inutilidade de tudo que havia sido feito anteriormente quando estávamos atados ao curso de ação prévio e a intenção não havia sido reconsiderada, resultado em uma grande perda de tempo. “Tal raciocínio é estruturado pela demanda maior sobre as intenções e planos, a que chamo de *consistência forte*: Os planos tomados em conjunto precisam ser ambos internamente consistentes e consistentes com as crenças do agente.” (BRATMAN, 1992, p. 2). Esta demanda forte é responsável pela plausibilidade do plano, tornando-o exequível e condizente a pressões internas e externas que o agente sofre, evitando reconsiderações e custos desnecessários. Um dos custos da reconsideração frequente é que nossas intenções serão de pouca ajuda para a coordenação, seja entre nós mesmos, seja entre as demais pessoas e não nos colocarão em nenhuma posição de vantagem devido a nossa condição de agentes limitados.⁴³ Isto faz com que alguém que possua como característica a revisibilidade excessiva de seus planos não seja um agente com o qual poderemos contar para atividades complexas que por natureza pressupõem coordenação.

Estamos falando sobre as intenções anteriores e o raciocínio prático, precisamos definir qual sua função dentro dessa teoria:

colocar problemas para a deliberação, estabelecendo padrões de relevância para as opções consideradas na deliberação. E restringir as soluções para esses problemas, fornecendo um filtro de admissibilidade para as opções. Desse modo, as intenções e planos anteriores ajudam a tornar a deliberação tratável para agentes como nós, agentes com limitações substanciais de recursos. (BRATMAN, 1987, p. 33)

⁴³ Não pretendo afirmar aqui que os planos sejam irrevogáveis, eles não são.

A ideia que leva a essa discussão é: o agente age em função de uma intenção anterior, mas poderia ter realizado uma ação diferente da que fez se tivesse parado para reconsiderar aquela intenção. O caso gira em torno da questão de reconsiderar ou não reconsiderar. Bratman vai discutir acerca disso assumindo que a “racionalidade prática é uma questão de satisfazer desejos racionais,” (BRATMAN, 1992, p. 2) devendo estar em equilíbrio com os demais elementos na vida mental do agente como os planos anteriores, crenças e desejos. Para ele, embora a intenção anterior não nos forneça razões, no mesmo sentido em que as crenças e desejos nos fornecem, os planos e intenções anteriores fornecem o que ele chama de *razões de background* que funcionam como ferramentas práticas cuja finalidade é dar forma sobre o que é ou não racional, definindo padrões de relevância para a ação para que somente então as deliberações tomem lugar junto as razões fornecidas pelas crenças e desejos.

Isso nos dá um modelo da relação entre dois tipos de raciocínio prático: “a ponderação das razões de crenças e desejos a favor e contra as opções, e o raciocínio de uma intenção anterior para intenções derivadas relativas a meios e coisas semelhantes.” (BRATMAN, 1987, p. 35) O modelo de Bratman vê as intenções anteriores como elementos de planos parciais, planos que fornecem uma estrutura de pano de fundo (*Background Reasons*) dentro da qual a ponderação das razões de crença e desejo deve ocorrer. Assim:

o raciocínio prático tem dois níveis: as intenções anteriores e os planos põem problemas e fornecem um filtro sobre as opções que são soluções potenciais para esses problemas; as razões desejo-crença entram como considerações a serem ponderadas na deliberação entre opções relevantes e admissíveis. (BRATMAN, 1987, p. 35)

A importância desse raciocínio é demonstrar que a intenção direcionada ao futuro depois de formada consegue estender a nossa racionalidade e a nossa deliberação ao longo do tempo. Isto é algo que o Bratman assume textualmente:

a racionalidade prática é uma questão de satisfação de desejos racionais. Intenções e planos anteriores dão suporte a estrutura de background dentro da qual realizamos deliberações. Dão forma a tal deliberação, determinando, em parte, quais opções são relevantes e admissíveis. Intenções provêm uma estrutura de razões – razões que dizem o que é racional decidir fazer, mas razões cuja força racional final

repousa sobre a contribuição deste sistema de planejamento para a satisfação do desejo racional. (BRATMAN, 1992, p. 4)

Nos resta saber: com as considerações feitas até agora sobre a intenção, deixamos o trilema de lado? Vimos que Bratman muda o paradigma da ação intencional para as intenções direcionadas ao futuro, mantendo a demanda forte de coerência sobre as intenções e crenças proposta por Davidson. Após a apresentação dos comprometimentos, demandas e funções da intenção, a aceitação dessa demanda deveria ser suficiente para aceitar também a visão dos agentes como planejadores, devido a correlação direta entre intenções anteriores e planos. Uma intenção racional nunca se forma isoladamente, ela necessita estar em conformidade com as outras intenções do agente e ser ponderada contra os desejos e as crenças relacionadas a essa intenção. E, por conta disso, temos a vantagem de planejar as ações futuras; a característica fundamental da intenção como controladora da conduta posterior do agente oferece certa garantia, ao menos da tentativa, de sua realização, dando ao agente comum uma ilusão de controle sobre sua capacidade de ação sobre o mundo, mesmo ele sabendo que de sua incapacidade de prever os acontecimentos com precisão e que o mundo pode mudar de maneiras relevantes até o momento da execução de sua ação. A racionalidade limitada é o pressuposto teórico da utilização do filtro de admissibilidade, dos planos parciais e hierárquicos com a finalidade de trazer maior clareza e segurança ao agente dentro da sua empreitada rumo a satisfação dos seus desejos racionais; essa estrutura será de grande importância para que o agente possa manter a estabilidade da intenção e influenciar o raciocínio prático e a formação de intenções derivadas (subplanos) conforme a necessidade de execução, aliviando-o das pressões acerca do ceticismo sobre as intenções direcionadas ao futuro.

Isso não significa dizer que o agente realiza uma ação a distância, nem afirmar que a intenção é irrevogável, mesmo que a não reconsideração seja a opção padrão, sempre será possível e saudável que ela exista. No entanto, esses mecanismos são centrais para agentes limitados, mas inteligentes como nós, especialmente quando necessitamos de coordenação com outros agentes. Portanto, há poucas razões para se preocupar que a formação de tais intenções seja uma perda de tempo. “Nosso modelo do papel da intenção na agência racional limitada claramente parece evitar os chifres de nosso trilema e passar pelo menos no teste de adequação para uma explicação da natureza da intenção.” (BRATMAN, 1990, p. 30)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos de *Donald Davidson* e *Michael Bratman* no tocante ao conceito de *intenção* são de grande importância, não somente filosófica, mas em diversas outras áreas do conhecimento. Nessa tese utilizamos o método de contextualizar para compreender, buscamos encontrar as raízes dos problemas e reflexões que levaram esses filósofos a tratar dessa questão. Visto que, no tocante aos programas de pesquisa em racionalidade, eles estão alinhados em campos opostos. *Bratman* é explícito quanto a sua filiação, embora não fale muito sobre ela, e o alinhamento de *Davidson*, por outro lado, permaneceu oculto até pouco tempo atrás e foi ignorado pela maioria dos filósofos que desconheciam a *Teoria da Decisão*. *Peter Engel*, pesquisador francês, é o responsável por trazer de volta esta parte da carreira de *Davidson*, desenvolvendo uma nova forma de trabalhar o conceito davidsoniano de *interpretação* que se deve a este resgate. O que fizemos aqui foi aplicar o raciocínio metodológico do Engel dentro da filosofia da ação de *Davidson* e perceber a sua aproximação conceitual com os textos de *Savage* e a *Teoria da Decisão*.

Tentamos deixar evidente ao longo do texto que o confronto entre as duas posições sobre a racionalidade não ocorreu apenas pelo lado filosófico, mas abarca uma disputa entre economistas, psicólogos, estatísticos e matemáticos sobre o tipo de racionalidade envolvida no agir humano e quais as consequências disto para a filosofia da ação de nossos filósofos; para essa finalidade destinamos os capítulos ímpares dessa tese.

Buscamos na literatura os autores originais nos quais eles se basearam e os trabalhos que foram desenvolvidos em seus respectivos programas de pesquisa em racionalidade, seja *Leonard Savage* em *Teoria da Decisão*, seja *Herbert Simon* em *Racionalidade Limitada*. O que pudemos perceber ao longo da construção desse texto foi a atuação decisiva que estes programas de pesquisa em racionalidade tiveram na filosofia da ação desenvolvida pelos dois filósofos, com seus conceitos servindo ora de ponto de partida, ora de argumento, ora de conclusão acerca do conceito de intenção, este último caso se aplica particularmente ao *Davidson*. Esta explicitação serviu para que pudéssemos compreender de forma mais profunda as raízes das diferenças conceituais entre *Davidson* e *Bratman*. O motivo do primeiro elaborar o *modelo crença-desejo* baseado na desejabilidade e a mudança operada pelo segundo em relação ao papel do conceito de intenção.

Podemos afirmar que o tratamento que Davidson dispensa a questão da ação intencional é bem estruturado do ponto de vista conceitual. Ele elabora o conceito de razão primária com força causal na agência humana e posteriormente aplica a estrutura de raciocínio prático formal que foi utilizada na *Teoria da Decisão*. A estrutura conceitual davidsoniana se vale do conceito de deseabilidade, herdado de Savage, baseando-se na ponderação de razões em busca da opção que apresenta maior deseabilidade, isto é independente da atualidade (existência) ou não da ação, repousando todo o seu foco no raciocínio prático. Ao fim, resta a *Davidson* as crenças e desejos como elementos primários da *ação intencional* e a intenção como elemento secundário e subordinado às crenças.

O modelo crença-desejo de *Davidson* nos parece ser suficiente quando pensamos apenas nas *ações intencionais*, aquelas que são direcionadas ao presente ou ao passado e que podem ser explicadas pelo agente ao recorrer a um par apropriado de crenças e desejos. No entanto, dado o seu pressuposto da independência do raciocínio sobre a ação, também chamado de nulidade do evento, ela não consegue lidar bem com as *intenções para ação* que são as intenções direcionadas ao futuro. Elas são consideradas dentro do processo explanatório, mas sua função é praticamente esvaziada e secundarizada. Tornando o tratamento das intenções direcionadas ao futuro muito vago.

Pelo fato de *Davidson* não conseguir lidar com esse problema que surge a necessidade de avançar filosoficamente sobre essa questão. E é exatamente sobre esse ponto que *Bratman* desenvolve em *Intentions, Plans and Practical Reasons*. Sua percepção é de que existe algo errado em não atribuir a intenção o mesmo *status* de estado mental que as crenças e os desejos possuem e sua crítica está diretamente fundamentada na compreensão da racionalidade limitada elaborada por *Simon*.

Para conseguir estruturar a *intenção* enquanto um estado mental independente da crença e dos desejos é preciso demonstrar que ela está incorporada às nossas ações tanto quanto as crenças e desejos parecem estar e que ela exerce um papel relevante e independente das crenças, desejos ou qualquer outro estado mental. *Bratman* então propõe duas mudanças drásticas: uma metodológica e uma estrutural.

A mudança metodológica de *Bratman* consiste em atacar a forma paradigmática como a intenção é vista no modelo crença-desejo, ao invés de olhar para a ação intencional ou agir com

uma intenção, ele propõe que devemos gastar nossas energias na análise dos casos de ter uma intenção para agir. Ele leva em consideração a intuição básica de que temos *intenções para agir* e pressupõe que a intenção direcionada ao futuro deva ser o caso paradigmático de análise.

A mudança estrutural se dá pela compreensão de que a *intenção para agir* se apresenta sempre em uma rede conectada de outras intenções e planos anteriores, e através desta compreensão ele consegue demonstrar as diversas normas de coerência que são imprescindíveis para que a intenção exerça seu papel na coordenação intrapessoal e interpessoal, tornando a nossa visão do que é ter uma *intenção para agir* bem mais complexa do que qualquer avaliação dessa mesma questão feita anteriormente. A pressuposição de que o agente irá ao menos tentar realizar algo que ele tem a intenção de fazer sustenta a expectativa de coordenação com os outros agentes. Isto irá conectar a intenção e planos do agente, na forma da coordenação, com a dos demais agentes que dependem ou podem articular suas intenções e planos de acordo com a expectativa de realização daquela intenção em particular. Isto interfere na forma como avaliamos uns aos outros e a credibilidade que temos com o grupo no qual estamos inseridos, como discutimos no capítulo 3 sobre a avaliação e pertencimento ao *in-group* ou *out-group*.

Esta mudança está calcada na racionalidade limitada e leva em consideração as restrições que todos os agentes humanos estão submetidos. Tratar essa questão através dessa perspectiva oferece mais possibilidades para pensar a *intenção para agir*. Estando de acordo com o desenvolvimento da psicologia experimental de Kahneman e Tversky, como a compressão dos sistemas cognitivos 1 e 2 trabalhados em *Pensando rápido e devagar: duas formas de pensar* no que diz respeito a maneira com o qual o agente humano toma decisões e se mantém firme a elas, que abordamos no capítulo 3 e 4.

A capacidade de coordenação intrapessoal e interpessoal é uma das consequências da agência planejada. Ela ocorre porque o agente conhece, ao menos na prática, as normas e demandas da intenção. Esse conhecimento enriquece a nossa compreensão tanto do papel que a intenção exerce, quanto a dificuldade que o agente enfrenta ao assumir uma intenção na forma de plano e a de permanecer estável a ela. Esses mecanismos nos fornecem elementos para avaliar quando uma ação é ou não intencional. Deste modo, a intenção pode assegurar sua distinção e independência de outros estados mentais, dado que possui características próprias agora identificadas e que são

diretamente relevantes para ação intencional, estando ao mesmo nível de outros estados mentais como as crenças e os desejos.

Depois de tudo que foi mencionado nessa tese, podemos afirmar que mesmo que Bratman não tenha feito a mesma leitura da Filosofia da Ação de Davidson que ora apresentamos, ele acertou, por suas próprias razões, em ter colocado a estrutura do modelo crença-desejo no mesmo plano das intenções e planos anteriores. Elas continuam exercendo o papel que tinham dentro da Filosofia da Ação de Davidson, de fornecer *razões*, mas ocupa outro lugar dentro da estrutura conceitual, não sendo mais nem primário nem secundário. Estas *razões* que Bratman vai chamar de *razões de background* tem a função de auxiliar na tomada de decisão, ou revisão da decisão, quando esta passa pelos viés racional do agente. Ele dá um passo adiante na compreensão do agir intencional reunindo a tradição que recebe de Davidson e ampliando sua explicação. Deste modo, esperamos ter dado um passo adiante nestas questões avançando numa nova leitura da Filosofia da Ação de Davidson sob a ótica da Teoria da Decisão e renovando a interpretação que Bratman tem do modelo crença-desejo.

REFERÊNCIAS

ACTION Explanation. *In*: LEPORE, Ernie (Org.); LUDWIG, Kirk. **A Companion to Donald Davidson**. Wiley-Blackwell, 2013, p. 13-31.

ALLOY, Lauren; ABRAMSON, Lyn. Judgment of Contingency In Depressed and Nondepressed Students: Sadder but Wiser? **Journal of Experimental Psychology**, p. 441-485, Dez 1979.

ANSCOMBE, G. E. M. **Intention**. 2. ed. Oxford: Blackwell, 1963.

ASHFORTH, Blake E; MAEL, Fred. Social identity theory and the organization. **Academy of Management Review**, v. 14, n. 1, p. 20-39, 1989.

AUDI, Robert. A Theory of Practical Reasoning. **American Philosophical Quarterly**, University of Illinois Press, v. 19, n. 1, p. 25-39, Jan 1982. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20013939> . Acesso em: 25 Dez. 2019.

BARROS, Gustavo. **Herbert A. Simon e o conceito de racionalidade: limites e procedimentos**. 2007. Disponível em: <https://mpr.ub.uni-muenchen.de/71508/>. Acesso em: 9 Dez. 2019.

BRATMAN, Michael. Davidson's Theory of Intention. *In*: **FACES of Intention: SELECTED ESSAYS ON INTENTION AND AGENCY**. Cambridge University Press, 1999.

BRATMAN, Michael. **Intentions, Plans and Practical Reason**. Kindle: Harvard University Press, 1987.

BRATMAN, Michael. Planning and the stability of intention. *In*: **MINDS and Machines**, v. 2. 1992, p. 1-16. (Issue1).

BRATMAN, Michael. What is intention?. *In*: COHEN, Philip R (Org.); MORGAN, Jerry (Org.); POLLACK, Nartha E (Org.). **Intentions in communication**. 1990.

BUDESCU, David; THOMAS, WALLSTEN; BUSMEYER, Jerome (Coord.). Processing Linguistic Probabilities: General Principles and Empirical Evidence. **Decision Making from a Cognitive Perspective**, San Diego: Academic Press, p. 275-318, 1995.

CADILHA, Susana. **A teoria da acção de Donald Davidson e o problema da causação mental**. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9973.pdf>. Acesso em: 9 Dez. 2019.

COHEN, Philip R; LEVESQUE, Hector J. Intention Is Choice with Commitment. **Intelligence**, v. 42, n. Issues 2-3, p. 213-226, Março 1990. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.93.8441&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 2 Dez. 2019.

CONRADIE, Niel Henk. **Towards a convincing account of intention**. Stellenbosch University, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/6358983/Towards_a_convincing_account_of_intention. Acesso em: 2 Dez. 2019.

CRANE, Tim. Brentano on Intentionality. *In*: KRIEGEL, Uriah (Org.). **The Routledge Handbook of Franz Brentano and the Brentano School**. New York: Routledge, 2017, p. 41-48.

DAVIDSON, Donald. J.C.C. McKinsey and Patrick Suppes, **Outlines of a formal theory of value, I**, *Philosophy of Science*, 22, pp. 140-160, 1955.

DAVIDSON, Donald. International Congress for Logic, Methodology, and Philosophy of Science: **Abstracts of Contributed Papers** (Stanford University, Stanford, CA, 24 Aug.– 2 Sept. 1960), Folder–box 4440–2: Logic, Papers of the Department of Philosophy, Stanford University, Stanford University Archives, 1960.

DAVIDSON, Donald. **Actions, Reasons, and Causes** (1963). *In*: *Essays on Actions and Events*. 2. ed. Clarendon Press, 2001.

DAVIDSON, Donald. **How is Weakness of the Will Possible?** (1969) *In*: *Essays on Actions and Events*. 2. ed. Clarendon Press, 2001.

DAVIDSON, Donald. **Mental Events**. (1971) *In*: *Essays on Actions and Events*. 2. ed. Clarendon Press, 2001.

DAVIDSON, Donald. **Agency** (1971) *In*: *Essays on Actions and Events*. 2. ed. Clarendon Press, 2001.

DAVIDSON, Donald. **Freedom to Act** (1973) *In*: *Essays on Actions and Events*. 2. ed. Clarendon Press, 2001.

DAVIDSON, Donald. **“Psychology as Philosophy”** (1974a), *In*: *Essays on Actions and Events*. 2. ed. Clarendon Press, 2001.

DAVIDSON, Donald. **“Belief and the Basis of Meaning”** (1974b), *In*: *Essays on Actions and Events*. 2. ed. Clarendon Press, 2001.

DAVIDSON, Donald. **Intending** (1978) *In*: *Essays on Actions and Events*. 2. ed. Clarendon Press, 2001.

DAVIDSON, Donald. “**A New Basis for Decision Theory**”, *In: Theory and Decision*, 18, 8798, 1985.

DAVIDSON, Donald. “**Autobiography**”, in Hahn 1999, 3-70, 1999.

DEVER. *In: ABBAGNANO, Nicola (Org.). Dicionário filosófico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. COMPORTAMENTO INTENCIONAL E CONTEXTOS SOCIAIS: UMA ABORDAGEM NOMOLÓGICA . *Abstracta*, v. 2, p. 102-128, 2006.

ENGEL, Peter. **Davidson et la philosophie du langage. L’interrogation Philosophique**. Paris: PUF, 1997.

FERRERO, Luca. Intending. *In: LEPORE, Ernie (Org.); LUDWIG, Kirk (Org.). A Companion to Donald Davidson*. Wiley-Blackwell, 2013, p. 75-90.

Ford Foundation Grant File. Ford Foundation Archives. **Ford Foundation Archives**, Ford Foundation, p. 53-82.

FRIEDMAN, Milton; SAVAGE, Leonard. The Expected-Utility Hypothesis and the Measurability of Utility. **The Journal of Political Economy**, v. 60, n. 6, p. 463-474, 1952.

FRIEDMAN, Milton; SAVAGE, Leonard. The Utility Analysis of Choices Involving Risk. **The journal of Political Economy**, v. 56, n. 4, p. 279-304, 1948.

G1. **Uso do celular aumenta em até 400% o risco de acidentes no trânsito**. G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2012/02/uso-do-celular-aumenta-em-ate-400-o-risco-de-acidentes-no-transito.html>. Acesso em: 25 Dez. 2019.

GIGERENZER, Gerd. **Rationality for Mortals**. Oxford: University Press, 2008.

GLÜER, Kathrin. **Donald Davidson, A Short Introduction**. Oxford: University Press, 2011.

GOLLWITZER, Peter. Goal achievement: The Role of Intentions. **European Review of Social Psychology**, v. 4, p. 141-185.

HARNAY, Pol-Vincent. **La décision, de l’expérimentation à l’interprétation: l’apport de Donald Davidson**. Paris, 2008. Tese, Université Paris 1 . Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00363905>. Acesso em: 16 Dez. 2019.

HARNAY, Pol-Vincent; RÉME, Pétronille. Davidson: Decision and Interpretation. **Argumenta**, University of Sassari, v. 3, n. 1, p. 39-52, 2017.

HOLTON, Richard. **Willing, Wanting, Waiting**. Kindle. ed. Oxford: University Press, 2011.

ISAAC, Joel. Donald Davidson and the analytic revolution in american philosophy. **The Historical Journal**, v. 56, p. 757-779. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24529093?seq=1>. Acesso em: 25 Dez. 2019.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases. **Science**, v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, 1974. Disponível em: <http://www.its.caltech.edu/~camerer/Ec101/JudgementUncertainty.pdf>. Acesso em: 25 Dez. 2019.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. On the Psychology of Prediction. **Psychological Review**, v. 180, p. 237-257.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. **Rápido e devagar**: Duas formas de pensar. Objetiva, 2012.

LAVIE, Nilli. **Tarefas difíceis deixam as pessoas surdas para o mundo ao redor**. 2011. Disponível em: <http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,concentracao-em-tarefas-dificais-deixa-as-pessoas-surdas-para-o-mundo-ao-redor,724811>. Acesso em: 25 Dez. 2019.

LECLERC, André. Questões fundamentais de teoria da ação. *In*: CARLOS, João (Org.). **Manual de ética**: questões de ética teórica e aplicada. 2014.

LEPORE, Ernie; LUDWIG, Kirk. Introduction. *In*: THE ESSENTIAL Davidson. Oxford University Press, 2006.

MALPAS, Jeff. **Donald Davidson**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy. 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2019/entries/davidson>. Acesso em: 5 Dez. 2019.

MANDLER, Michael. A Difficult Choice in Preference Theory: Rationality Implies Completeness or Transitivity but Not Both. *In*: MILLGRAM, Elijah. **Varieties of Practical Reasoning**. Cambridge, MA: MIT Press, p. 373-402. Disponível em: <http://www.klemens.sav.sk/fiusav/doc/organon/2004/2/117-127.pdf>. Acesso em: 25 Dez. 2019.

MARTIN, Hagger (Coord.). Ego Depletion and the Strength Model of Self-Control: A Meta-Analysis. **Psychological Bulletin**, v. 136, p. 495-525, 2010.

MELO, Tatiana Massaroli; FUDIDJI, José Ricardo. Racionalidade limitada e a tomada de decisão em sistemas complexos. **Revista de Economia Política**, v. 36, n. 3, p. 622-645, Jul-Set.

MIROWSKI, Philip. How Having Reasons Became Making a Decision: The Cold War Rise of Decision Theory and the Invention of Rational Choice. *In*: BASSNER, Daniel. **THE DECISIONIST IMAGINATION**: Sovereignty, Social Science, and Democracy in the 20th Century. New York: Berghahn Books, 2019.

MLODINOW, Leonard. **Subliminar**: Como o inconsciente influencia nossas vidas. Zahar, 2013.

PERCIVAL, Gil Alexander. **The Nature on Intention**. London: University College, 2013.

QUINE, W. V.O. **From stimulus to science**. Cambridge: Harvard University Press , 1995.

RUI, Matheus de Lima. Compatibilizando Teoria da Ação e Racionalidade Prática a Partir do Conceito de “Intenção”. **ANALYTICA**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 177-200, 2018.

SAVAGE, Leonard J. **The Foundations of Statistics**. New York: Wiley, 1954.

SELTEN, Reihard. **What is Bounded Rationality?** Paper prepared for the Dahlem Conference 1999, 1999. Disponível em:<https://pdfs.semanticscholar.org/8237/d1a44256daddab131078bd09d622216c90d8.pdf>. Acesso em: 12 Dez. 2019.

SETIYA, Kieran. **Intention**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy. 2018. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/intention>. Acesso em: 25 Dez. 2019.

SHERIF, Muzafer (Coord.). **Intergroup Conflict and Cooperation: The Robbers Cave Experiment**. Norman: University of Oklahoma Press, 1961.

SIMON, Herbert. **Reason in Human Affairs**. Stanford: University Press, 1983.

STEELE, Katie; STEFÁNSSON, H. Orri. **Decision Theory**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em:<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/decision-theory/>. Acesso em: 25 Dez. 2019.

STOECKER, Ralf. Davidson. *In*: O’CONNOR, Timothy (Org.); SANDIS, Constantine (Org.). **A Companion to the Philosophy of Action**. Blackwell Publishing, 2010, p. 598-605.

STROUD, Sarah. **Weakness of Will**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy. 2014. Disponível em:<https://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/weakness-will/>. Acesso em: 25 Dez. 2019.

SUTHERLAND, Jeff. **Scrum : A Arte de Fazer o Dobro do Trabalho em Metade do Tempo**. Leya, 2016.

TAJFEL, Henri. Experiments in intergroup discrimination. **Scientific American**, n. 223, p. 96-102, 1970.

TAJFEL, Henri (Coord.). Social categorization and intergroup behavior. **European Journal of Social Psychology**, v. 1, n. 2, p. 149-178, 1971.

VARGAS, Manuel; YAFFE, Gideon. **Rational and Social Agency: The Philosophy of Michael Bratman**. Oxford: University Press, 2014.

WILSON, George; SHPALL, Samuel. **Action**. Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/action/>. Acesso em: 25 Dez. 2019.